



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0209/16	DATA: 05/04/2016	
LOCAL: Plenário 4 das Comissões	INÍCIO: 14h33min	TÉRMINO: 17h22min	PÁGINAS: 65

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MÉRCIO PEREIRA GOMES - Professor Universitário e ex-Presidente da Fundação Nacional do Índio — FUNAI.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio — FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombolas. (CPI - FUNAI e INCRA).

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 19ª Reunião. Sendo assim, indago se há necessidade da leitura. (*Pausa.*)

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Peço dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Dispensada a leitura da ata, por solicitação da Deputada Tereza Cristina.

A ata está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Expediente.

A Presidência informa o recebimento dos seguintes documentos:

Ofício da Universidade Federal de Brasília em resposta à requisição da CPI, nos termos do Requerimento nº 184, de 2016, de autoria do Deputado Valdir Colatto, que encaminha históricos escolares relativos a curso superior de graduação e especialização da discente Maria Guiomar de Melo. As informações encontram-se disponíveis para consulta pelos Parlamentares e estão arquivadas nos autos dos documentos sigilosos da CPI.

Ofício da Fundação Nacional do Índio — FUNAI, em resposta à requisição da CPI, nos termos do Requerimento nº 117, de 2016, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, encaminhando informações e documentos nos termos da solicitação feita no requerimento supracitado.

Ofício da Fundação Nacional do Índio — FUNAI, em resposta à requisição da CPI, nos termos dos Requerimentos nºs 138, 146 e 147, de 2016, de autoria do Deputado Valdir Colatto, encaminhando documentos nos termos das solicitações feitas nos requerimentos supracitados.



Ofício da Fundação Nacional do Índio — FUNAI, solicitando a dilação do prazo de 10 dias para resposta de encaminhamento dos documentos solicitados por meio dos Requerimentos nºs 134, 135, 136, 137, 139, 145, 156 e 157, de 2016.

Diante do solicitado, defiro o pedido de dilação do prazo por 10 dias a partir desta data.

Esta Presidência informa que determinou aos serviços audiovisual e taquigráfico que sejam efetuados os registros das reuniões, incluindo as pretéritas, até o momento da declaração de encerramento da reunião, não podendo os registros excederem a esse limite, nos termos do art. 46, § 6º e art. 173, inciso VIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à tomada de depoimento do Sr. Mércio Pereira Gomes, professor universitário e ex-Presidente da FUNAI, convidado pela aprovação do Requerimento nº 08, de 2015, do Deputado Arnaldo Jordy.

Após examinar o requerimento aprovado, esta Presidência informa que o Sr. Mércio Pereira Gomes foi convidado para prestar informações sobre o objeto de investigação desta CPI. Observa a Presidência que tal condição não lhe retira o dever de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: o tempo concedido aos depoentes será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados.

Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. A lista de inscrição encontra-se sobre a mesa e será encerrada no início da fala do depoente.

Durante a tomada de depoimento, poderão usar da palavra o Relator por 30 minutos, o primeiro autor do requerimento por 5 minutos, os membros da Comissão e demais Parlamentares por 3 minutos.

As perguntas ao depoente deverão ser formuladas no espaço de tempo concedido, podendo o Parlamentar usar novamente a palavra, pelo mesmo prazo, para obter esclarecimento quando não considerar satisfatória as respostas do depoente sobre a pergunta formulada no tempo inicial — art. 256, § 5º.



Os Líderes falarão pelo tempo regimental para fazer comunicações destinadas ao debate.

Já está na mesa conosco o Sr. Mércio Pereira Gomes. Informo que, pela aprovação do requerimento pelo Plenário da CPI, o senhor foi convidado a prestar depoimento perante a Comissão. Em se tratando de inquérito parlamentar, registro o seu dever de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado. Nesse sentido, indago a V.Sa. se aceita prestar o compromisso oficial de dizer a verdade. Peço que use o microfone.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Sim.

Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Antes que lhe oportunize a palavra, quero dizer da satisfação desta Comissão em recebê-lo, pelo longo conhecimento que tem dessa área e, certamente, pela bela contribuição que possa dar a esta Comissão, independente do crédito de cada Parlamentar nesta Comissão. Peço-lhe desculpas pelas vezes anteriores em que foi convidado e que a Comissão não conseguiu lhe ouvir, mas faremos isso agora com extremo respeito.

A palavra encontra-se a sua disposição pelo período de 20 minutos.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, Deputado Alceu Moreira, muito obrigado pelo convite, que partiu da iniciativa do Deputado Arnaldo Jordy — a quem agradeço também por estar aqui nesta CPI —, para apresentar as ideias que venho discutindo, estudando e praticando ao longo de 40 anos.

Sou antropólogo e a primeira vez em que estive em aldeia indígena eu tinha 24 anos, em 1975. De lá para cá, todo ano, de algum modo, vou a aldeias indígenas. Quando fui Presidente da FUNAI, visitei mais de 150 terras indígenas. Recebi mais de 600 comissões de índios nos gabinetes da FUNAI. Tive vários problemas muito sérios em diversos momentos e tive a honra, a alegria e a glória de ter demarcado e homologado 67 terras indígenas, nessa ocasião, entre outubro de 2003 até março de 2007.

Como disponho de somente 20 minutos, em 10 minutos, darei um panorama do que é a questão indígena e, nos 10 minutos seguintes, apresentarei um mapa de



terras indígenas, explicando como elas foram feitas ao longo desses anos, desde o início do serviço de proteção aos índios até o presente momento; as dificuldades, os grandes problemas que surgiram e as vitórias, o porquê dessas vitórias. Por que há terras indígenas no Brasil? Por que os índios estão sobrevivendo aqui, tentando encontrar um espaço para a sua vida no nosso País. Então, é mais ou menos isso que vou fazer e vou tentar me ater a esses 10 minutos.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer aos senhores que, da última vez, eu trouxe esses livros e dei ao Deputado Alceu Moreira para fazer parte da CPI. Em seguida, quando ela se encerrar, peço que os deixem na Biblioteca da Câmara Federal.

O livro *Os Índios e o Brasil* é uma primeira versão que fiz em 1988. Há a versão após a Presidência da FUNAI, com vários adendos.

Este outro livro, *Índio na História*, é sobre os índios do Maranhão, especialmente sobre um grupo indígena chamado Tenetehara, também conhecido como Guajajara e Tembé, quando estão no Pará.

No livro, eles se apresentam quase que como uma epopeia desde que foram contatados, em 1610, pelos franceses, e nas várias fases por que passaram: as fases da missionização, da escravidão, da servidão, do servilismo, até a sua busca de autonomia, que ocorreu já no nosso século, depois de muitas lutas e de muitas dificuldades. Então, aqui é uma espécie de epopeia de um povo indígena. Estes livros encontram-se, portanto, aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Preciso dizer uma coisa fundamental que existe no nosso País, mas em muitos poucos outros países, que é o sentimento de que os índios são autóctones brasileiros, são os primeiros habitantes. Para nós, é uma coisa tão normal e natural pensar nisso, mas, quando se chega aos Estados Unidos e se pensa sobre quem são os verdadeiros americanos, eles vão dizer que são aqueles que vieram para Clement Rock, que vieram e fizeram a colônia de Virgínia. Eles é que são os donos do país. Eles é que fizeram. Para nós, não, os índios estão dentro de nós. Os índios fazem parte da nossa nacionalidade. Qualquer um de nós, a não ser que tenha imigrado nos últimos anos, nos últimos séculos, como italianos e poloneses para o Sul do Brasil, qualquer outro, do resto do Brasil, vai sempre dizer que teve uma avó, uma bisavó, uma trisavó indígena. Isso é parte da nossa formação. Daí porque não



importa em que momentos históricos vivamos, os índios estão sempre presentes. Eles não vão mais se acabar.

Quando fiz a primeira pesquisa, em 1975, parecia que o fim dos povos indígenas era inexorável, fosse pela morte, fosse pela perda de terra, fosse pela perda de identidade, fosse pela passagem para o campesinato. Isso era o que se falava desde sempre, aliás, desde o século XIX. Essa era uma das frases que começou a ser dita por intelectuais do século XIX.

Aconteceu alguma coisa extraordinária na nossa história que também aconteceu em outras nações: a sobrevivência dos povos indígenas. A curva demográfica do declínio populacional indígena brasileiro, que consta deste livro, de 5 milhões até chegar ao seu nadir, ao seu ponto mais baixo, por volta de meados da década de 50, em 100 mil índios, a partir de determinado momento — vemos aqui neste livro sobre os tenetehara —, claramente começa a crescer. É crescimento para todos os povos indígenas. Então, os guaranis que estavam no Mato Grosso do Sul e que eram em 3 mil, em 1910, hoje em dia, são 50 mil. Então, é uma coisa extraordinária.

Houve uma mudança nessa demografia. Isso se deve a três pontos fundamentais. Primeiro, as grandes doenças foram controladas, pelo sanitarismo em geral, vacinas, etc. e pela vacinação dos brancos, dos não indígenas que também não têm como passar as doenças.

Há, no entanto, um ponto muito importante que é a Segunda Guerra Mundial. As atrocidades da guerra, a bomba atômica, a consciência de que o mundo pode se acabar por conta da presença do homem destruindo o meio ambiente, etc. abriram, na civilização Ocidental, possibilidades de reconhecimento dos povos que não estão dentro desse sistema e que estão aí para defender essas regiões, a sua cultura.

De repente, a cultura indígena que era alguma coisa folclórica até a década de 50, 60, começa a ter o reconhecimento do seu valor de proteção territorial, de exemplo de como se cria filhos, exemplo de divisão de bens, todo um conjunto de ações que fazem parte dessa nossa admiração pelos povos indígenas. Isso é o que está presente entre nós. Então, é preciso ficar claro. Isso não é uma invenção nossa desses últimos anos. Muita gente, inclusive antropólogos, pensam que a antropologia fez isso. Não. Isso está desde a formação histórica brasileira. Desde o



início, escravizar índios era um problema. Os reis que mandavam escravizar, por pedido de bandeirantes, em alguma região brasileira, porque precisavam de uma mão de obra barata, mais barata do que a mão de obra escrava, de repente, 2 anos depois, com uma reclamação, mudavam essa lei.

Então, o Brasil teve leis sobre escravização e, depois, de saída da escravização ao longo de toda sua história colonial e no Império. Durante muitos anos, Presidente, houve muitos alvarás de reis portugueses que começam assim: *“Eu, El-Rei, declaro que não tenho jurisdição sobre tais povos indígenas”*. Por que ele não tinha jurisdição? O Rei de Portugal tinha jurisdição sobre tudo. O patrimonialismo português dizia que todas as terras eram do Rei, que ele só concedia como Seismarias, como bens a serem usados. Podiam ser passadas para seus filhos, porém, se fossem abandonadas, eram perdidas.

Então, nesse momento em que se diz que tudo aquilo é seu, chega-se e declara-se que não tem jurisdição é algo extraordinário. É um reconhecimento dos portugueses de que os índios os antecederam.

Essa perspicácia, essa característica da nossa formação, fez com que juristas, ao longo do tempo, desde os jesuítas, desde Antônio Vieira — vou citar aqui uma epígrafe de um dos sermões de Vieira, quando chegou ao Maranhão em 1653 —, desde o nosso romantismo indígena com Gonçalves Dias, com José de Alencar, com Gonçalves de Magalhães, tivessem essa visão de que os índios são alguma coisa especial, de que fazem parte das nossas raízes.

Quando chega a formação do positivismo, no fim do século, há uma visão de que os índios são — e olhem que isso não é coisa de antropólogo, mas do positivismo brasileiro — nações que devem ser respeitadas pela Nação brasileira e que suas terras devem ser reconhecidas, protegidas e que não se pode entrar nelas sem pedir licença.

Isso é uma coisa que os americanos não tiveram. Quando faziam seus tratados com os povos indígenas, com os kiowas, com os apaches, com comanches, diziam que iam seguir. Três, 4 anos depois, enviavam tropas de imigrantes que iam tomando as terras, de lavradores que iam tomando as terras. Isso até antes de Lincoln determinar que qualquer um que chegasse em qualquer parte que tivesse 39



hectares de terras poderia manter para si, que foi o fundamental para a criação da pequena propriedade nos Estados Unidos.

Então, o Brasil tem alguma coisa especial. Esse especial é que faz com que ela continue, independente do tipo de Governo que temos. Getúlio Vargas, que foi um Governo que podemos dizer que foi ditatorial, chamou de volta, em 1937, o Marechal Rondon para retomar o SPI, Serviço de Proteção aos Índios, para criar o Conselho Nacional de Defesa dos Povos Indígenas e começar a fazer demarcações, já com base em uma legislação mudada: as terras indígenas não eram mais terras devolutas que pertenciam aos Estados e, sim, terras que o Governo Federal poderia utilizar.

Daí que, a partir da década de 40, as terras indígenas foram tomando outra configuração. Até então, exceto algum caso no Maranhão, que temos conhecimento, de terras dos Canelas e do Guajajaras, que foram demarcados pela Assembleia Legislativa do Estado, a pedido de Rondon e dos tenentes que pertenciam ao Serviço de Proteção, no Maranhão, todas as outras terras eram muito pequenas, porque Rondon e o SPI tinham de implorar às Assembleias Legislativas dos Estados que reconhecessem tal terra, que era devoluta como terra indígena. As menores terras indígenas demarcadas no Brasil fazem parte da visão que se tinha naquele momento.

Então, passando tudo, chega Rondon, depois da saída de Getúlio Vargas, e cria o Parque Indígena do Xingu. Esse parque, projetado por Orlando Villas Boas e Darcy Ribeiro, era para ter 200 mil quilômetros quadrados e não 2 mil quilômetros quadrados. Era para ser dez vezes maior do que agora. Deveria compreender desde o Rio Araguaia até o Rio Juruena, tomando todas as cabeceiras dos rios formadores do Rio Xingu até o médio Xingu. Isso quem definiu foi Getúlio Vargas, em três reuniões — uma última a 1 mês do seu suicídio —, com Rondon, Darcy Ribeiro e Orlando Villas Boas.

Como fazer uma coisa dessas? Que país faz alguma coisa assim? Só o Brasil tem isso. É algo de muita força interna e espiritual que tem no brasileiro que, indiferentemente, em qualquer momento político, renasce e está aqui conosco.



Se você perguntar em qualquer lugar do Brasil quem é o primeiro brasileiro e quem é que merece ter o reconhecimento como tal, todo mundo vai dizer que é o índio. Isso não é romantismo. Isso é uma coisa da definição da nossa nacionalidade.

Agora, eu gostaria de mostrar um mapa de terras indígenas da FUNAI, de 2012, que está levemente defasado, para eu explicar onde estão as grandes terras indígenas e onde e por que há vazios e como recuperá-los, se for possível?

(Segue-se exibição de imagens.)

V.Exas. veem?

Este é um mapa que só vai até Minas Gerais. É onde está o grosso das terras indígenas, que é a Amazônia.

Estas terras em amarelo já foram demarcadas, homologadas e registradas pelo Serviço de Patrimônio da União — SPU. Estas vermelhas ainda estão em processo de demarcação. Esta vermelha, por exemplo, é a Terra Indígena Cachoeira Seca, que fica na beira do Rio Iriri, cujos índios foram contactados na década de 70 por um grande indigenista, chamado Afonsinho, que levou flechada, etc. Depois, foi tomada por invasões.

O maior conjunto de terra é este daqui: as terras do Alto Xingu junto com as terras dos Caiapós, que foram demarcadas na década de 80. Este daqui é o Parque do Javari, que foi demarcado já na década de 90. Aqui é Alto Rio Negro, também chamada Cabeça do Cachorro, juntando com as terras dos yanomamis. Aqui são terras que compreendem os índios de fala caribe, waiwai, waimiri atroari e outros.

Aqui está Raposa Serra do Sol. Como muitos se lembram, Raposa Serra do Sol foi demarcada, homologada, em 2006, pelo Presidente da República. O seu processo de estudos começou em 1987. São índios de quatro tribos diferentes: wapixana, macuxi, taurepang e ikpeng ingarikó, que fica ao norte. Então, esse processo foi sendo feito.

De repente, houve a entrada de plantadores de arroz, entre os quais, o principal era o ex-Deputado Quartiero. Nessa ocasião, houve muitos debates aqui nesta Câmara sobre a demarcação, sobre a legitimidade ou não de demarcar essa terra indígena num conjunto. Houve vários momentos difíceis de compreender. Eu me lembro de debater isso com o hoje Senador Waldemir Moka, com o hoje Senador Lindbergh Farias, com o antigo Senador de Roraima, Mozarildo Cavalcanti



e com vários outros. Era um momento de tensão, mas também de reconhecimento. Às vezes, as maiores tensões não vinham daquelas pessoas que eram, digamos assim, “de direita”, entre aspas. A maior tensão vinha de um Deputado Federal, que hoje é Senador, que queria impor uma lei que não permitia aos índios estar numa faixa de 10 quilômetros da fronteira. Essas terras brasileiras em limites de fronteira teriam de tirar os índios de lá, porque parecia legítimo que os índios poderiam trair a Nação, porque uma parte deles estaria em outra região, em outro país e poderia não ter essa visão da nacionalidade. Alguma coisa que foge à história indígena brasileira.

Só para contar um caso, aquelas terras de Roraima foram reconhecidas diplomaticamente, no fim século XIX. Uma das razões foi a presença de índios que falavam português. Então, aquelas terras viraram brasileiras por causa daqueles índios.

Esta aqui é a única terra grande que se tem em Mato Grosso do Sul, e chama-se Terra Indígena Kadiwéu. Em 1750, Brasil e Portugal fizeram um acordo, que se chamou Tratado de Madri, para definir as fronteiras do que era português e do que era brasileiro, porque já se tinha ido muito além do Tratado de Tordesilhas, que, como todo mundo sabe, cortava de Belém até Santa Catarina. O Brasil já havia tomado essas terras todas. Estava lá dentro dessas terras. Quando analisaram a presença aqui, os índios kadiwéus estavam tanto de um lado do Rio Paraguai, quanto do outro. E foi por um único tratado brasileiro, feito com povos indígenas em 1791, que os kadiwéus afirmaram a sua lealdade ao Brasil, e as terras se tornaram brasileiras; não podiam ser portuguesas em função dessa lealdade, em função desse compromisso. É o único tratado brasileiro que é de 1791, feito com os índios kadiwéus.

Por uma tragédia fundamental, as terras dos índios chamadas de Sete Povos das Missões — e os gaúchos aqui conhecem muito bem — eram sete grandes missões que estavam ali. Do outro lado, havia 16 outras missões que eram missões dos espanhóis. E o Tratado de Madrid dizia: “*Se você deixar Sacramento aqui no Rio da Prata — porque era uma colônia portuguesa —, sai de lá que nós fazemos a fronteira aqui com o Rio Uruguai, com essas partes aqui, e incorporamos essas terras como terras de Portugal*”. Foi o troco, a negociação feita com um dos grandes



também diplomatas brasileiros que moravam em Portugal, cujo nome me escapou agora, uma figura extraordinária, cujo irmão também tentou inventar balão e tal. Quem tiver uma memória melhor, pode me fazer lembrar. Bartolomeu de Gusmão era irmão dele e tentou inventar o balão. Mas me refiro ao Gusmão irmão dele, que era o Chanceler anterior ao Marquês de Pombal e definiu isso.

Essas missões, por um erro fundamental, resolveram bancar e se manter autônomas e manter as missões jesuíticas. Então, os exércitos de Portugal e Espanha se juntaram e, em 1 mês, destruíram todas essas missões por um erro fundamental. Se não fosse esse erro, poderia ainda haver não digo missões, mas povoados, nessa região do Rio Grande do Sul, onde hoje o que você encontra são índios kaingang, que não são os índios Guaranis, que penetraram depois e foram escurraçados pelo Paraná e por Santa Catarina. Poderia haver uma região que ainda tivesse o sabor dos índios guaranis, com autonomia, mas infelizmente isso foi perdido.

Fazem parte da nossa história essas grandes perdas de populações indígenas em função de pequenos erros históricos que se dão. Essas perdas são quase irre recuperáveis; quando se tenta recuperar, já é algo difícil.

Diminua o mapa para vermos aqui. Noventa e cinco por cento das terras, em termos de área, estão na Amazônia Legal, embora existam muitas outras terras, mas elas são todas pequenas. Olhem o vazio aqui do Ceará até São Paulo. São Paulo que, em 1912, quando se estava fazendo a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, deu de cara com os kaingang que controlavam aquela região de floresta, de Sorocaba para Bauru. Eles mataram os kaingang da forma mais cruel que tinha naquela época, que era envenenando dos seus poços, dando-lhes roupa infectada de varíola.

Essa era uma das formas cruéis utilizadas para se eliminar os índios, desde o século XVIII, a começar pela terra de Gonçalves Dias. Caxias começou essa brincadeira de dar roupas, lençóis, colchões e cobertores de pessoas que estavam contaminadas. Então, são histórias drásticas e traumáticas que se perderam.

O maior vazio de terras indígenas no Brasil é esta grande região da Caatinga nordestina se misturando com o Cerrado de Minas Gerais, Cerrado do Piauí, etc. Ali foi por conta de duas coisas fundamentais: primeiro, a expansão do gado, mas,



antes disso, porque, quando os holandeses foram expulsos de Pernambuco, em 1654, Portugal, na sua paranoia — sempre foi um país paranoico com relação às suas fronteiras porque frequentemente a Espanha chegava e as tomava, o que fez de 1580 a 1640, durante 60 anos —, vivia sempre com medo de a Espanha, com sua potência dez vezes maior, tomasse as fronteiras. E ele temia que os holandeses voltassem, depois de terem perdido as batalhas fundamentais que os levaram à expulsão.

Então, os índios que tinham de algum modo se aliado aos holandeses foram perseguidos até a morte, o que foi chamado de guerra de extinção. São poucas as vezes na história brasileira que o governo português declara guerra de extinção e o faz com uma veemência, com soldados, conscrevendo cidadãos para matar índios.

Então, a fama de matador de índio ocorreu por esses momentos. E ocorreu também quando D. João VI veio ao Brasil e fez isso com os índios do Vale do Rio Doce, fez isso com os índios do vale da região do sul do Maranhão e fez isso com os avá-canoeiros.

Então, quando se chega a esses momentos, há uma crueldade latente, que se esparrama e faz com que a destruição dos povos indígenas vire o propósito de uma política. Felizmente, são momentos raros. Sei lá, aconteceram dez vezes. Para 400 anos, digamos que sejam raros. Em geral, Portugal achava que podia controlar os índios de um outro modo, chamando-os à convivência, vivendo perto deles, dando umas terras pequenas localizadas perto das fazendas para eles trabalharem de serventes.

Os senhores estão acostumados a pensar que a mão de obra fundamental no Brasil era a escrava. Não era a escrava. Os escravos eram comprados para produzir um bem de exportação e eram caros. No Maranhão, em 1684, quando teve a famosa Rebelião de Beckman, um escravo negro custava 100 mil réis, e um índio custava mil réis. A diferença era de 100 vezes mais. Os índios eram utilizados para fazer aquilo que não se queria que os negros escravos fizessem, porque custava tempo, e eles não produziam o bem fundamental, para ser enviado, que era o açúcar.

Então, os índios é que produziam o peixe seco, e quem é do Pará sabe que era fundamental... O escravo não vivia comendo gordura de porco, toucinho, etc.,



como todo mundo acha. Ele comia peixe seco, que era produzido nas aldeias de praia, nas vilas de praia. E a mistura do índio com o negro fugidio e com o branco formou esta cara brasileira, que somos nós, que somos a maioria de nós.

Então, nós estudamos que os índios foram sempre servís, que foram se abrasileirando pela servidão, pela humildade, pela formação de trabalhar a pouco custo e com pouco retorno.

Essa coisa de o salário básico brasileiro ser tão ruim, comparado com outros países, não é uma herança da escravidão que se acabou. É herança da servidão que era feita por essas pessoas que viviam nos arrabaldes e que foram, na sua angústia e na sua vontade de viver, criando a cultura básica brasileira, a cultura do forró, a cultura do maracatu, a cultura do caipira de São Paulo, a cultura da música cateretê, a cultura das coisas que se faziam no Rio Grande do Sul, e em outras partes, até chegarem os instrumentos mais sofisticados.

Então, essa é a herança que os índios nos deram, e dela você não pode escapar porque ela está conosco. Você pode ter um ódio imediato do índio, “*porque o índio estava invadindo a minha terra*”, ou seja o que for, mas se você se sentar para pensar um pouco, você saberá, no seu íntimo, que você é alguém que chegou depois desse povo. Isso é o Brasil que nos dá, isso é o Brasil que nos dá.

É por isso que, se estamos aqui no Congresso Nacional discutindo a sobrevivência, a permanência, a inserção do índio na cultura brasileira, mantendo a sua própria, nós temos que ter isso em consideração. Nós temos que ter em mente que o Brasil é indígena, na sua nacionalidade.

Para terminar, eu vou ler um trecho de um livro do Gonçalves Dias sobre a história de um dos Governadores-Gerais do Maranhão. Em 1748, houve uma nova edição, que foi patrocinada pelo Imperador, e o Gonçalves Dias escreveu o prefácio. No final, ele diz assim: “*Os índios...*” Isso é Gonçalves Dias; é o homem de *Os Timbiras*, é o homem de *O Canto do Piaga*. “*Os índios foram instrumento de quanto aqui se praticou de útil e grandioso. São o princípio de todas as nossas coisas*”. Aqui há um certo exagero, porque havia o negro e havia o português. “*São os que deram a base para o nosso caráter nacional*” — 1849 —, “*ainda mal desenvolvido...*” Isso é algo em que podemos pensar, porque ainda está mal desenvolvido o nosso caráter nacional. “*...e será a coroa de nossa prosperidade o dia de sua inteira reabilitação*”.



Isto é, para Gonçalves Dias, para quem pensa na importância da formação brasileira como algo extraordinário, para quem pensa, ao menos longinquamente, como Rondon, como Darcy Ribeiro, que acreditava no povo brasileiro, na sua formação e nas suas potencialidades, redimir o índio, encontrar o espaço adequado do índio na Nação brasileira é essencial para nos transformamos em uma nação potente culturalmente e que influencie o mundo.

Estas são as palavras que eu queria dizer para os senhores.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Dr. Mércio.

A palavra está à disposição do Relator, Deputado Valdir Colatto, para os questionamentos, pelo prazo de 30 minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Prof. Mércio Pereira Gomes, é uma satisfação encontrá-lo agora aqui como mestre, professor, historiador, já que nós também militamos nesse embate da questão indígena, quando o senhor presidia a FUNAI. Com certeza, muita coisa aconteceu de lá para cá. É certo que V.Sa. não está mais na FUNAI — eu acompanho esse processo, acompanho a história —, mas nós criamos esta CPI para esclarecer assuntos e buscar soluções. Nós buscamos soluções para a questão indígena brasileira e buscamos soluções para os conflitos fundiários que temos hoje no Brasil.

Com isso, nós vamos, então, trabalhar nesta CPI para buscar uma saída, sob a presidência do Deputado Alceu Moreira e a relatoria do Deputado Nilson Leitão. Eu sou o Sub-Relator para a área indígena. A Deputada Tereza Cristina, que está aqui, é Relatora para a área do INCRA.

Nós temos, então, algumas perguntas que vamos formatar, e gostaria que V.Sa. nos respondesse dentro do prazo que nós temos.

Eu faço as perguntas e não sei se o senhor vai responder em bloco ou cada uma delas, individualmente. Qual é a orientação, Presidente, para fazermos esse trabalho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O tempo é seu, Relator. V.Exa. pode utilizá-lo da forma que quiser.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Muito bem.



V.Sa. fez um histórico de toda a questão indígena, da qual é conhecedor profundo, sempre dizendo que o brasileiro que está aqui, bem como os italianos, os alemães, todas as raças e etnias que estiveram aqui, chegaram depois dos indígenas. Nós chegamos depois.

O senhor entende que nós devemos preservar a cultura indígena ou a tradicionalidade indígena, respeitando a sua tradição, como a das outras etnias que estão aqui — japoneses, alemães, italianos? Esses povos mantêm a sua tradição e a sua cultura, que se integrou à da sociedade brasileira, e há uma corrente dentro da linha antropológica — o senhor é antropólogo — que busca o direito originário dos indígenas, isto é, diz que o direito dos indígenas é anterior ao Estado e, por isso, temos que manter a sua cultura, e não a sua tradicionalidade, dentro da sociedade brasileira, dentro do Estado brasileiro que está hoje vigente.

O senhor concorda ou acha que realmente nós temos que reconhecer o direito originário e ter um outro país, por exemplo, guarani ou coisa parecida, aqui no País, e que fosse separado da sociedade, como o são os indígenas.

Qual é o seu entendimento sobre esse processo?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Deputado Valdir Colatto, eu lembro que estivemos juntos em várias ocasiões, quando eu era Presidente da FUNAI e o saudoso Governador de Santa Catarina Luiz Henrique promovia encontros, junto com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, para discutir a questão indígena. O direito originário é uma terminologia atual. No fim do século XIX chamava-se “indigenado”. Argumentava-se que era um direito concedido em razão dos alvarás expedidos pelos reis, que precedia a jurisdição dos reis sobre os índios.

É interessante notar, para que não fiquem pensando que Portugal era bonzinho, nos textos em que o rei dizia: *“Eu, El-Rei, não tenho jurisdição sobre esses povos”*, logo em seguida, depois de fazer essa peroração, ele dizia assim: *“Mas — e aí começavam as maldades —, se eles praticarem a antropofagia, se atacarem as colônias portuguesas, se recusarem o cristianismo, etc...”*, então se poderia fazer uma guerra justa. Era alguma coisa sempre com essa ambiguidade. Portugal nos deixou essa ambiguidade.

O direito originário nasce dessa ideia, que também os americanos têm. Tanto que faziam tratados originalmente, sobretudo quando estavam em expansão. Logo



no começo, quando tomaram a Costa Leste, eles foram expulsando os índios até que chegaram a uma expansão maior e começaram a fazer os tratados.

A civilização ocidental sabe que há um transplante da Europa para cá, mas ninguém mais vai chorar essas pitangas. Aqui há uma nação criada, que é mestiça. Os contribuintes, como o senhor disse — V.Exa. é descendente de italianos e também o são tantos outros que estão aqui, do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e de outras partes de São Paulo, e estão aqui como brasileiros —, não podem ficar se achando menos brasileiros do que os índios. Não é nesse sentido que eu estou dizendo. É no sentido de que se sabe que os índios, pela posição deles nessa situação, têm que ser percebidos de um modo diferente, de um modo mais cauteloso e de um modo mais respeitoso.

No direito originário há uma questão de disputa que foi discutida por muitos juristas. Esse novo palavreado jurídico, “direito originário”, que antes era “indigenado”, está em discussão. É claro que se for para dizer que o direito originário significa que todos os que não foram descendentes próprios de índios têm que se retirar do Brasil, aí nós estaremos fantasiando alguma coisa e nem vale a pena entrar na história. O direito originário, designado especificamente para as terras de onde eles foram expulsos ou de onde eles estavam e deixaram de estar, nesse sentido, de um ponto de vista histórico, é recente. Não é o mesmo que você chegar ao Rio de Janeiro e dizer: “*Caiam todos fora aqui, porque essa terra era tupinambá*”.

Aliás, o tupinambá inspirou a *Utopia*, obra de Thomas More. Eu quero até lembrar a todos a comemoração pelos 500 anos de um dos 10 principais livros da civilização ocidental, *Utopia*, escrito por Thomas More, um inglês que foi condenado à morte pelo Rei Henrique VIII, a quem servia. Ele se inspirou nas conversas que teve com um português, na Holanda, sobre a possibilidade de uma nação sem miséria, sem disputas, sem as mortes que estavam ocorrendo, a troco de qualquer coisa, na Europa, especialmente na Inglaterra.

Voltando ao assunto, hoje em dia ninguém vai clamar o direito originário para a retirada de todos os que aqui estão. Esse direito é dado como argumento para aquelas áreas, terras ou territórios onde há alguma discussão sobre serem, de fato, terras indígenas, e que, portanto, devem ser reintegradas. Terra indígena, porque é de tempo recente e está na memória daqueles que viveram ali.



O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Muito obrigado.

Dr. Mércio, temos várias perguntas e eu gostaria que nós fizéssemos um bate-pronto: pergunta e resposta sucinta, para podermos avançar. Como o senhor foi Presidente da FUNAI por muitos anos e é conhecedor do assunto, nós gostaríamos que esta CPI fosse esclarecida sobre algumas questões.

Em audiência nesta CPI, o Ex-Ministro Nelson Jobim afirmou que a FUNAI foi cooptada, corroborando afirmações de que a instituição foi tomada por movimentos sociais. São duas as perguntas formuladas.

1. A ingerência de movimentos sociais e de ONGs que possuem pautas específicas não faria com que a FUNAI passasse a atuar em prol dessas pautas e se afastasse do interesse público?

2. Essa cooptação não estaria enfraquecendo a FUNAI e transferindo para entidades paraestatais uma função precípua do Estado, que é de proteção dos índios? Se é muito perigosa a privatização de presídios, por exemplo, não seria também perigosa a privatização de questões indígenas?

Gostaria que o senhor as respondesse.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Quando Presidente da FUNAI, eu sofri muito por causa de disputas com ONGs. Eram disputas de demandas que eu não podia resolver, e era difícil considerar como fazê-lo. Algumas dessas demandas nós procuramos levar adiante. O que as ONGs fazem porque não são Estados... É que elas não têm nenhuma paciência com os trâmites próprios do Estado para que uma terra seja legalizada adequadamente. Quando isso acontece, nós vemos relatórios que são, depois, impossíveis de serem garantidos, porque a pressa é grande demais.

Eu sempre dizia, quando eu era Presidente da FUNAI, que demarcar terra é uma arte. Não é alguma coisa que se dá de forma completamente certa. É como uma arte jurídica, onde se verificam as argumentações possíveis em determinados momentos. Quando há alguma urgência para a demarcação da terra, essa urgência é porque os índios são retirados da terra? Então, que se faça isso. Para uma terra em que há uma busca de recuperação, se procura criar estratégia de médio prazo. A



FUNAI é um órgão do Estado brasileiro, e como órgão do Estado brasileiro ela é, em tese, *perene*, para sempre.

Outra coisa. Desculpe-me, Deputado, eu não estou fugindo da sua pergunta e acho que já a respondi. Nos Estados Unidos, a FUNAI de lá se chama Bureau of Indian Affairs. Ela foi criada, em 1823, pelo Departamento de Guerra, para acabar com os índios, para fortalecer a expansão dos brancos, para expulsar os índios do Leste, o que se deu até 1848. Todo esse negócio dos índios que saíram... Porque, ao leste do Mississipi, não era para haver índios. Imaginem uma coisa dessas no Brasil. Mas aconteceu isso.

E fica-se pensando: *“E os índios?”*. Por que, ainda hoje, os 575 povos indígenas, ou tribos indígenas ou comunidades, como eles se chamam, pertencem ao birô de assuntos indígenas? Porque eles confiam que é o Estado Nacional Federal quem os protege. Mesmo sendo rico, por causa dos cassinos, o que é permitido, exceto em dois pontos nos Estados Unidos, mesmo com todo o dinheiro que eles têm, dinheiro que dá para eles comprarem um monte de coisas — os seminolas são tão ricos que estão contratando antropólogos para lhes ensinar a própria língua, que eles esqueceram —, mesmo assim eles não querem sair do Estado. Eles querem que a educação venha do Estado, não do Município. O Estado a que me refiro é o Estado Federal. E eles querem que a saúde seja de responsabilidade do Estado Federal.

Então, é importante a forte manutenção da FUNAI. Se as ONGs quiserem dominar a FUNAI, terão que ser rejeitadas. Elas podem ajudar subsidiariamente, complementarmente, mas não podem ter a FUNAI em suas mãos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O mesmo Ministro Jobim, corroborando as denúncias que chegam a esta CPI, apontou a existência de fraudes decorrentes de autodeclaração indígena, inclusive de pessoas vindas de outros países para obter os benefícios concedidos pelo Governo brasileiro.

São três perguntas, Dr. Mércio, que eu gostaria que respondesse. Por favor.

Enquanto Diretor da FUNAI, o senhor percebeu a existência de fraudes nesse sentido?



O senhor é a favor de que os índios de outros países tenham acesso livre ao território brasileiro, pelo fato de pertencerem a uma mesma etnia aqui presente?

É possível, por exemplo, falar em uma nação guarani no sentido de a mesma se sobrepor ao Estado brasileiro?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - A palavra fraude não existe. Os índios que vivem na fronteira brasileira com outros países atravessam essa fronteira com facilidade. Os índios que moram na cidade de Leticia, do lado da Colômbia, e que do nosso lado chama-se Tabatinga, vêm para o Brasil por questões de saúde. Sabem que o sistema de saúde brasileiro, o SUS, por mais que o consideremos precário, é muito maior do que o da Colômbia. Porém, os índios brasileiros que querem ser bem educados seguem para Leticia, porque lá ainda existe um sistema educacional sólido: as crianças vão à escola com uniforme, os professores não faltam às aulas, os pais estão interessados.

Então, eu vou dizer que é fraude o cara vir para ter atendimento em saúde e que é fraude o brasileiro ir lá para ter educação? Não é fraude. Isso é uma palavra muito... É um povo que está vendo onde estão as melhores possibilidades.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - A fraude aqui é a questão da autodeclaração indígena. Inclusive, foi denunciada pela Polícia Federal, no Mato Grosso, a autodeclaração para fins de aposentadoria ou de benefícios para o cidadão indígena.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - A aposentadoria é muito melhor no Brasil, mas o salário mínimo é muito melhor na Guiana Francesa. Há brasileiros oiampi que vão para o outro lado receber 1.200 euros por mês e voltam ao Brasil para viver sua vida. Então, há essa coisa. Atacar esses casos específicos de alguém querer se aposentar, realmente, é forçar a barra demais para momentos tão simples e tão raros. Se alguém vem para cá, um guarani que não é índio guarani ou que talvez não tenha nascido no Brasil, que vive aqui, quer se aposentar e o Brasil não dá a aposentaria, eu acho que seria muito ranzinza da nossa parte não aceitar esses casos. Eu acho que fraude é uma palavra muito dura e muito criminalística para representar isso.



Havia uma pergunta sobre a nação guarani. Eu acho que a nação guarani... Como rondoniano, eu acho que os povos são nações, mas eles estão dentro de nações maiores. Eles são nações no sentido da sua qualificação como povo, com território, com língua, com cultura. Antes se dizia que era só uma tribo, depois passou para povo. Você pode dizer nação no sentido de dar uma qualificação maior, mas eles pertencem à Nação brasileira, são cidadãos brasileiros, pagam impostos quando compram mercadorias, vão para escolas brasileiras e alguns servem ao Exército brasileiro quando são recebidos. Então, acima das nações indígenas está a Nação brasileira.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Chegou uma notícia a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e soubemos que se está tentando criar essa nação guarani, como se fosse um país independente, com constituição, etc. Conhecemos os documentos, que inclusive estão apensados nesta CPI, sobre a criação de outro Estado dentro do Brasil, independente geograficamente. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Não. Eu não tenho conhecimento de que os guaranis que estão na Bolívia, os guaranis do Paraguai e os guaranis da Argentina estão formando um Estado. Eu sei que eles têm uma associação ou uma... É uma associação, em que eles se relacionam. E sonham com isso. Sonhar é uma coisa. Os aymara também sonham em ser uma nação dentro da Bolívia. Eles sonham. Há um índio aymara que é o Presidente deles, e, no entanto, os aymaras são submetidos às leis da Bolívia, que é uma nação muito maior, em termos de tamanho, veio de uma civilização muito forte, que era a civilização incaica.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Outro texto.

“Em inteligência efetuada recentemente no Rio Grande do Sul foram encontrados indígenas bastante familiarizados com os valores ditos ocidentais, tais como a renda e o trabalho. Naquela região, assim como no Sul do Brasil, os povos indígenas foram unânimes em afirmar que gostariam de trabalhar a terra como qualquer outro cidadão, de se tornar agricultores na verdade, inclusive utilizando técnicas agrícolas típicas dos não índios para o



plantio até mesmo da soja, como é o caso da Reserva Indígena Nonoai e outras reservas, como a de Ipuáçu, em Santa Catarina.”

Estas são as perguntas que fazemos. Na opinião do senhor, como deve ser o tratamento a esses povos indígenas com características bastante distintas daquelas ditas tradicionais, os integrados? O senhor acha que a todos os índios devem ser concedidos os mesmos direitos e deveres, independente do grau de interação com outras culturas? Completo com mais duas perguntas. O senhor entende que, caso queiram, esses indígenas teriam o direito de utilizar a terra como os não indígenas? É o caso do arrendamento, que hoje a Constituição proíbe. Esses indígenas querem arrendar a terra para ter renda para a sobrevivência. O senhor entende que existe uma corrente ideológica que procura manter os índios em menor grau de interação, ainda que contra a vontade dos próprios indígenas? Em se negando a classificação do Estatuto do Índio em isolados, em vias de integração e integrados, é possível ou necessário estabelecer algum outro ponto diferenciador? O senhor entende que em terras indígenas devem ser impostas normas ambientais mais rigorosas que as aplicáveis aos não indígenas?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Durante muitos anos, na FUNAI, porque vem da tradição do SPI e vinha de uma tradição do passado, da época da política indigenista imperial, os índios eram classificados de acordo com a sua inserção na sociedade. A palavra que se usava e que depois o SPI usou era integração; hoje é inserção. Eles eram classificados e teriam cuidados específicos diferenciados: o índio que falasse português, etc. Havia uma política de botar gado, para eles criarem os animais, de arrumar um jeito de eles produzirem uma economia mais eficiente. O SPI fez isso durante muitos anos. A FUNAI o fez até recentemente e ainda o faz, de certo modo. Quer dizer, ajudar os índios que têm a visão de que podem trabalhar para adquirir recursos de autossobrevivência e, ao mesmo tempo, obter seus próprios bens é o ideal que a FUNAI teria. Isto é, àqueles povos indígenas que querem fazer isso e que podem fazer isso a FUNAI têm dado condições. Há projetos comunitários, como antigamente se falava; há projetos de inserção, de desenvolvimento étnico. Podem usar a palavra que queiram, mas é uma tentativa de



dar autonomia econômica. Todo mundo sabe que, sem autonomia econômica, você vai se perder.

Agora, há essa situação e há outras que parecem ser uma possibilidade, Deputado Colatto, mas que podem descambar para alguma coisa que vai chegar a destruir os povos indígenas. Uma delas é o arrendamento. Eu sei que, nos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, há índios que arrendam a terra a fazendeiros — os fazendeiros lhes pagam — e têm uma relação razoável com eles. Isso se deu porque, numa certa época, o SPI fazia isso. O SPI tinha tão poucos recursos que precisava fazer isso para a própria autonomia financeira — um erro da época histórica brasileira de que cada agência encontrasse seus meios de sobreviver, de ter uma renda a mais do que a renda orçamentária. Mas, quando acabou o SPI, veio a FUNAI e chegou o Estatuto do Índio, deu-se àqueles povos que arrendavam terra um prazo para “desarrendarem” a terra, para eles mesmos trabalharem. Acontece que muitos continuaram fazendo isso. Essa é uma realidade.

Eu, como Presidente da FUNAI, fiz um programa muito forte numa terra indígena para se “desarrendar” a terra e dar às famílias kaingang, no seu Estado, em Santa Catarina, condições de sobrevivência pelo próprio esforço.

É difícil, nem sei se está aquilo resolvido. Acho que algumas famílias, em algumas terras indígenas da Região Sul do Brasil, já não querem conversar de outro modo.

Então, temos que encontrar uma maneira, se é isso que os senhores estão fazendo. Não tem como mudar. A FUNAI não tem fôlego. O Estado não tem fôlego para retirar o processo de arrendamento e recriar o de autonomia, cada um fazendo as suas coisas.

Mas há uma diferença. Como o senhor sabe muito bem, são pequenos lavradores que arrendam 10 hectares, que arrendam 30 hectares de uma família indígena. É ou não é?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - É.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Nós estamos falando é agora. Se isso descambar, esse pessoal de fazenda grande em Mato Grosso, em Roraima, em Rondônia, no Pará, vai arrendar 30 mil hectares, porque 10 hectares não é nada na



escala em que eles trabalham de soja, ou de milho, ou de algodão, ou de gado. A tendência é esta: se você arrendar as suas terras, você vai perdê-las no futuro. É só encaminhar para isso. E isso está na história brasileira.

O Imperador D. Pedro II não demarcou quase nada, demarcou 15 terras no processo que vai de 1850 a 1880. Essas terras foram dadas. Ele deu as terras por família. São as terras do povo fulni-ô; são as terras dos índios potiguaras da Paraíba; são as terras dos índios cariris. Quando isso foi por família, vinham os lavradores e iam comprando os seus 20 hectares que ficaram.

Assim era também nos Estados Unidos. Chamava-se Lei de Reis, de 1877. Ela diminuiu em dois terços as terras indígenas americanas. Foi preciso Roosevelt desfazer essa lei que é a lei de dar valor de propriedade à terra.

A terra deve continuar como terra nacional, da qual os índios tenham seu usufruto exclusivo. Essa é a minha opinião. Lutar contra a história é, às vezes, uma coisa impossível. Se eu puder fazer alguma coisa, sou contra o arrendamento de terras.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - A ausência da FUNAI e do Estado junto às áreas indígenas, com certeza, no atendimento à cidadania dos indígenas, é que está provocando isso. Se lá nos Estados Unidos há cassino, aqui há terras agricultáveis para fazer a agricultura levar a renda.

No Estado do Rio Grande do Sul, os indígenas guaranis da terra demarcada Votouro reclamam da completa ausência da FUNAI, do CIMI, de ONGs, do Ministério Público Federal. Em contrapartida, fica nítida a presença ativa dessas mesmas entidades e órgãos onde há luta pela ampliação e demarcação de novas terras.

Pergunto: não está patente que esses órgãos e entidades, depois de alcançada a ampliação e a demarcação de novas terras, abandonam os índios à própria sorte? Parece estar acontecendo isso em Raposa Serra do Sol. Segundo informações, os indígenas estão no lixão em Boa Vista. Como dar a terra pela terra se o índio não encontra apoio posterior nesses mesmos órgãos e entidades para nela sobreviver?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Eu acho que a FUNAI está numa situação muito difícil — esteve sempre. Sempre teve orçamento abaixo de qualquer



possibilidade. A FUNAI cuida de quase 13% do território nacional. O IBAMA cuida de cerca de metade, de 6% do território. O INCRA tem 5 mil funcionários. A FUNAI tem 2.300 funcionários e um orçamento hoje de 139 milhões de reais. Quer dizer, é impossível, com esse orçamento, você fazer alguma coisa e estar presente com os índios.

A mim não importa o que a ONG fez ou deixou de fazer — e foi embora. O que importa a mim é a FUNAI estar presente. A FUNAI tem que retomar os seus postos indígenas. Um decreto terrível de 2010 fez todo mundo ir para a cidade buscar qualquer auxílio, porque ele tirou os postos indígenas das aldeias. É claro que, em algumas regiões, não é preciso posto indígena na aldeia, mas, em muitas, é preciso posto indígena na aldeia, porque é lá onde eles sabem das coisas que estão acontecendo fora, onde eles têm um relacionamento e onde o Estado, que é a FUNAI, tem um relacionamento direto com os índios e sabe o que está acontecendo. A retirada dos postos indígenas foi uma defecção imensa para a política indígena brasileira, o que prevalece desde 2010.

Eu sou a favor da seguinte coisa: temos que ajudar a FUNAI, temos que fortalecer a FUNAI. E eu acho que cabe aos senhores fazer o possível para aumentar o orçamento da FUNAI.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Obrigado.

Em artigo no seu *blog*, há graves denúncias contra o Centro de Trabalho Indigenista — CTI. Quero fazer três perguntas ao senhor. Pode discorrer sobre essa ONG dizendo qual é sua origem, quais são seus fundadores, quais são seus atuais titulares, quais são seus objetivos expressos e qual é sua agenda oculta? Qual é a origem dos recursos financeiros que dão sustentação ao Centro de Trabalho Indigenista? Pode dizer alguma coisa das relações entre o CTI e a FUNAI, dos convênios celebrados entre a FUNAI e essa ONG, particularmente a um termo de cooperação técnica que, segundo artigo no seu *blog*, deu poderes ao CTI para fazer o que bem entendesse com cerca de 80 povos indígenas?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Eu tive muita dificuldade com o CTI quando era Presidente da FUNAI. O senhor quer saber a origem? É uma origem nobre. Foi no momento do fim da ditadura militar. O Geisel propôs, naquele instante, a queda da minoridade dos índios. E nós ficamos apavorados — todos. Houve



várias reuniões Brasil afora. Darcy Ribeiro era um ícone nessa defesa. Mas todos nós, indigenistas e antropólogos, estávamos aí. Por quê? Naquele momento, se fosse tirada a proteção tutelar da FUNAI para os índios, os índios estariam perdidos, iriam ser retomados por todos. O CTI e várias outras ONGs, inclusive indígenas, como a UNI, nasceram com a força de ajudar os índios. Eles viam a FUNAI como um órgão controlador da situação indígena, um órgão da ditadura militar. Era essa a atitude deles. E era essa a atitude de muitos de nós. Mesmo quem trabalhava na FUNAI e nós que tínhamos amigos que trabalhavam lá víamos isso com receio. Eles também viam isso com receio. A abertura democrática brasileira, de que todos aqui se lembram muito bem, foi um momento de euforia, mas foi um momento de tensão também, em relação a se isso de fato ia acontecer. Até o último momento — Tancredo quase morria, e morreu — era: *“Será que eles vão voltar? O general não sei qual vai tomar isso?”* Então, é nobre a origem do CTI. Mas, quando eles querem substituir a FUNAI na sua atitude de reconhecer que a FUNAI não vale nada e que eles é que podem resolver — quem tem ideologia, quem tem ideia, quem tem indigenismo —, aí eles estão errados. Eu sou contra isso. E defini, durante várias vezes, que não é possível um órgão fora querer fazer coisas que a FUNAI é que deve fazer. Eles são suplementares e podem ajudar suplementarmente.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Existem notícias de que, dentro da própria FUNAI, existe uma briga interna encabeçada por antropólogos que disputariam a liderança da instituição.

Pergunta: o senhor pode nos dizer algo sobre isso? Em caso afirmativo, poderia nos fornecer maiores detalhes a respeito, identificando cada grupo, seus integrantes e as razões dessa luta?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Deputado, aí o senhor está entrando em detalhes. Eu saí da FUNAI já faz 9 anos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - No seu tempo não havia isso?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - No meu tempo, quem comandava a FUNAI eram os indigenistas, todos os seus diretores, ou índios. Eu tive uma diretora indígena, e quem comandava era indigenista. Eu tive até discussões com Deputados que queriam botar um diretor de administração. Eu forcei a saída dele, pedindo ao Ministro Márcio Thomaz Bastos que o tirasse. Mas havia disputas assim.



Quando eu entrei na FUNAI, havia 600 índios tomando a sede. Então, eu fui para lá para discursar. E dizia assim: “*Olha, talvez eu fique aqui até amanhã*”. Aí ficava. “*Talvez eu fique aqui 1 semana*”. Aí ficava. “*Talvez 1 mês.*” Completei 1 ano. “*Opa, dá para ser mais!*”

Era muito difícil. Não era briga de antropólogo. Os indigenistas estavam querendo encontrar um caminho. Durante 3 anos e 7 meses, foi muito difícil ser Presidente da FUNAI, em função das dificuldades orçamentárias e da indefinição da FUNAI. Além disso, tínhamos um Ministério Público dando à FUNAI mais tarefas que eram impossíveis de ser resolvidas; tínhamos as ONGs, etc. E tínhamos os Deputados contra a Terra Indígena Raposa Serra do Sol e contra a demarcação. Era uma tarefa difícil.

Eu não sei se hoje em dia os indigenistas e antropólogos que entraram nessa leva estão brigando entre si. O que eu sei é que os velhos indigenistas ficaram muitos anos, depois que eu saí, isolados da FUNAI, deixados de lado. Podemos dizer “velhos” no sentido de que quem tem mais de 50 anos é “velho”. A FUNAI perdeu muito por não ter a atitude de respeito e de diálogo com os índios que esses maduros indigenistas têm.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O senhor afirmou que foi Presidente da FUNAI em 2003 e 2007. É isso? (*Pausa.*) Então, esta pergunta está dentro do seu período de administração da FUNAI. Sobre o CTI e a FUNAI, o artigo *Da ONG CTI à alta cúpula da Funai*, publicada em 2004, na série *Terra Contestada*, no *Diário Catarinense*, registrou que as relações entre o órgão e as organizações não governamentais são contestadas inclusive por servidores, constituindo-se em um emaranhado de associações e parentescos que se sobrepõem à isenção de estudos antropológicos.

Na sequência, a matéria lista os seguintes nomes: Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão, que foi Presidente do CTI em 2001 e Chefe da Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI de 2007 a 2012; Aluísio Ladeira Azanha, do CTI, filho de Gilberto Azanha, também do CTI, que sucedeu Maria Auxiliadora na Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI; Maria Inês Ladeira, antropóloga do CTI, que deu início ao processo de demarcação na região de Morro dos Cavalos, em Santa Catarina, e que é cunhada de Gilberto Azanha e tia de Aluísio Azanha; Gilberto



Azanha, pai de Aluísio Azanha, cunhado de Maria Inês Ladeira e um dos fundadores do CTI, que ocupou o cargo de Coordenador-Geral de Estudos e Pesquisas da FUNAI e fez parte do Conselho Indigenista dessa entidade.

Pergunta: o senhor confirma todas essas relações e conhece esse assunto, o que diz esse assunto? Qual a isenção de um laudo antropológico elaborado nessas condições? É possível confirmar que o CTI atua nos dois lados: no lado de quem solicita os estudos e no lado de quem autoriza, como o CTI, cedendo os seus antropólogos e integrantes para os cargos comissionados da FUNAI? O que dizer de o CTI ser, à época da reportagem, “a ONG do momento no quadro de comissionados”? E qual seria a ONG do momento, se é que há? O senhor tem conhecimento sobre esse assunto?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Eu não entendi a sua pergunta.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - O que dizer de o CTI ser, à época da reportagem, “a ONG do momento no quadro de comissionados”? E qual seria a ONG do momento, se é que há?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Sr. Deputado, o meu turno foi de 2003, em outubro, a 2007, no fim de março. O CTI entrou na FUNAI na minha saída. Não estavam dentro da FUNAI nem o Gilberto Azanha, que já foi funcionário da FUNAI e que é um excelente antropólogo; nem o filho dele, que eu não conheço; nem a Maria Auxiliadora, uma excelente antropóloga, que demarcou várias terras na região do oeste da Amazônia.

Eu não estava presente, mas eu sinto dizer a quem é do CTI que eu sou contra o CTI dominar a FUNAI. Eles tiveram um papel muito forte, exerceram um domínio grande em certo momento, e depois viram que não é desse jeito que se demarca terra — tanto que poucas terras foram demarcadas em função da ineficiência em como demarcar terras indígenas.

Eles, como seres humanos e antropólogos, são muito competentes. Mas eles têm uma ideologia que não entende a função do Estado de encontrar o melhor momento para tomar uma atitude ou outra.

Eu acho que a FUNAI tem que estar regida por antropólogos, por indigenistas e pelos índios. Os índios têm que estar presentes nas diretorias, nas coordenações. E, um dia, os índios vão substituir todos os brancos que estão na FUNAI.



O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Também, em artigo no seu *blog*, há graves denúncias contra o Instituto Socioambiental — ISA. Passo à perguntas. O senhor pode discorrer sobre essa ONG dizendo qual é sua origem, quais são seus fundadores, quem são seus atuais titulares, quais são seus objetivos expressos e qual é a sua agenda oculta? Qual é a origem dos recursos financeiros que dão sustentação ao ISA? O senhor pode dizer as relações entre o ISA e a FUNAI e de integrantes do ISA inseridos em postos-chave da FUNAI até mesmo no exercício da sua Presidência? Pode dizer do recebimento pelo ISA de 2,8 milhões de dólares da Fundação Moore, para demarcação de terras indígenas, conforme noticiado em um dos artigos no seu *blog*?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - O ISA, como o CTI, tem uma origem nobre, é dessa mesma situação. Ele vem com outro nome. O ISA depois é que foi uma junção do CEDI com a Socorro Amazônia, alguma coisa assim. Foram duas ONGs que se juntaram e formaram o Instituto Socioambiental, que tem tarefas de estudos sobre meio ambiente, tem convênios com o Ministério do Meio Ambiente — vários desses estudos. E trata também de questões indígenas.

Na medida em que eles dominam terras indígenas que a FUNAI está perdendo, eu sou contra o ISA nesse aspecto. Mas eu acho que eles também têm uma noção clara do seu papel e sabem aquilo que podem fazer.

Eu escrevi sobre o ISA ter recebido da Fundação Moore 2 milhões e 800 mil dólares. Eles receberam isso na ilusão de que, com esse recurso, eles iriam demarcar as terras abaixo do Médio Rio Negro e mais adiante.

Eles conseguiram convencer a Fundação Moore a fazer isso, já que estavam com muitos recursos. Não sei se esses recursos, de fato, chegaram a eles e se foram utilizados desse modo, mas eu sei que, quando eu era Presidente da FUNAI, eles não dominavam a demarcação de terras, nem tinham nenhuma relação de demarcação de terra.

É a mesma coisa de as ONGs quererem se sobrepor à FUNAI. Eu sou contra isso. As ONGs não podem se sobrepor à FUNAI. A FUNAI é um órgão do Estado brasileiro, é perene e tem que permanecer com as suas características.



O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu sei que o tempo vai adiante, mas eu tenho mais perguntas a fazer. Em respeito aos Deputados, eu vou fazer uma última pergunta.

Quero saber se o Dr. Mércio conhece este assunto, que é um problema atual. Trata-se de uma reportagem no *site* G1 em 2015, em que um Senador da República afirmou que há interesses particulares dificultando o andamento do Linhão, sistema de fornecimento de energia elétrica que levaria energia elétrica de Tucuruí até Boa Vista, acrescentando que havia um claro interesse do indigenista José Porfírio Carvalho em dificultar a implantação da linha energética e que este estaria vendendo dificuldades para colher facilidades, associando-o à sua filha Maria Janete Albuquerque de Carvalho, Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental da FUNAI.

Pergunto o que o senhor pode dizer sobre as assertivas desta reportagem e o sobre ONGs e antropólogos que, de um lado, fazem jogo duplo, realizando ou patrocinando estudos relativos a impactos ambientais para determinados empreendimentos, definindo compensações, e, de outro, induzindo índios a se contrapor ao empreendimento e apresentar sucessivas e crescentes demandas, num interminável círculo vicioso.

Um ex-Diretor do DNIT depôs aqui, dizendo que as obras públicas viárias sofrem aumento de 12% a 15% nos custos, porque há que se ter autorização da FUNAI para que as estradas sejam construídas. Eu pude testemunhar isso, nesse fim de semana, em Santa Catarina, onde há várias obras paradas, como as obras das BRs-280 e 101 e o contorno de Florianópolis, porque o IBAMA condiciona a liberação de licença ambiental à autorização da FUNAI para a passagem dessas obras públicas.

Eu gostaria de saber se esta questão é latente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - ...se é presente dentro da FUNAI esta discussão entre meio ambiente e a FUNAI, quanto a dificultar a realização de obras no Brasil. Pelo que dizem, a maioria das obras estão paradas por este motivo.



O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Deputado, o senhor apresentou, primeiro, uma questão específica em relação ao caso dos waimiri-atroari e de Carvalho. O Carvalho é meu amigo, está presente, conheço-o desde 1979, quando ele lutou bravamente para demarcar a terra dos índios guajajara, de Cana Brava, de Rodeador, dos índios kanela, à custa, muito próximo, da sua vida. Depois, ele foi trabalhar com os índios waimiri-atroari e com os índios parakanã, por causa dos resultados deletérios das hidrelétricas de Balbina e de Tucuruí em relação a esses dois povos. Ele vem trabalhando desde então — já são quase 30 anos que ele vem trabalhando. É um esforço imenso. Ele conseguiu triplicar a população desses dois povos, que são os mais bem-organizados na produtividade e na capacidade de se relacionar fora e de ter autonomia.

No caso da estrada que sai de Manaus e chega a Boa Vista, atravessando cerca de 130 quilômetros, se não me falha a memória — o Carvalho está aqui para me corrigir —, a terra indígena waimiri-atroari é exemplo de alguma coisa que foi feita para a proteção. Lá se sabe quantos macacos são mortos, quantos tatus são pisoteados. Sabe-se de tudo. Há uma base de estudos incrível, e com os índios waimiri-atroari atentos a tudo.

A passagem da estrada foi feita a um custo muito alto da vida dos waimiri-atroari. Depois, os vários linhões que apareceram lá foram negociados com os índios.

A mim me parece que tudo isso decorre da incapacidade de negociação com os índios, dos quais o Carvalho é apenas um intermediário na negociação — ele não apita nada sobre o que os waimiri-atroari pensam. Não há manipulação em relação aos waimiri-atroari, e muito menos essa história de envolver a filha dele, que é uma funcionária exemplar da FUNAI. Ela é uma antropóloga que entrou quando eu era Presidente da FUNAI.

Não existe isso de os dois estarem fazendo joguinho para atravancar a situação brasileira, no caso da passagem do Linhão de Tucuruí para Boa Vista.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, para concluir, quero agradecer ao Dr. Mércio. Como antropólogo que ele é, quero fazer-lhe as últimas perguntas.



A FUNAI tem conhecimento de um protocolo de intenções assinado com o Ministério Público Federal e a Associação Brasileira de Antropologia — ABA, em 1995, com o objetivo de realizar laudos antropológicos em favor das comunidades indígenas?

Que imparcialidade um antropólogo associado à ABA possui, tendo em vista este pacto?

Eram estas as perguntas, Sr. Presidente.

Encerro aqui a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está concluída.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Muito obrigado, Deputado Valdir Colatto. Este é um desses convênios que só valem enquanto forem usados. Eu acho que a ABA fez um porque a tradição dos antropólogos brasileiros é defender aquilo que eles estudam: povos, situações, meio ambiente. Eles defendem. Eles militam que não podem fugir a isso e buscam objetividade, sem desmerecer o fato de que estão fazendo isso.

Eu era Presidente da FUNAI à época, e este convênio estava aí. Trata-se de um convênio que depende do modo como cada antropólogo pensa e das regras que compõem o que se reconhece como terra indígena. Alguns fazem mal. É claro que existem antropólogos que erram ou que não conhecem bem a situação ou que são jejunos nesta história. Mas a maioria dos relatórios têm consistência, falam de uma história, falam da possibilidade de demarcação.

No caso dos relatórios que vinham da FUNAI, em um ou outro, eu mandava que os refizessem. O Diretor de Terras Indígenas do meu tempo dizia: “*Vamos refazer isso, porque está malfeito*”. Isso acontece, é comum na FUNAI.

A FUNAI não está aí para pegar qualquer relatório de uma pessoa e jogar como se fosse uma verdade absoluta. Existem critérios fundamentais, critérios regidos, se não me engano, pelo Decreto nº 1.776, que rege estas questões.

No entanto, há erros, Deputado, assim como há erros em qualquer situação. Quando se tem uma direção que está funcionando bem, os erros são corrigidos na hora. Depois, em outras situações, não o são. O fator humano está envolvido na administração. Existe o fator humano dentro da administração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado.



O Deputado Arnaldo Jordy cedeu o tempo, em permuta, ao Deputado Nilto Tatto, que tem um compromisso. Portanto, S.Exa. dispõe da palavra neste momento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, o Deputado Nilto Tatto participará de audiência com o Ministro, coisa que eu não tenho a fazer. Então, estou cedendo meu tempo ao Deputado Nilto Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Que generosidade.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Quero cumprimentar o Presidente Alceu Moreira e agradecer muito ao Prof. Mércio por ter aceito o convite desta CPI. Cumprimento também o Deputado Arnaldo Jordy, que fez o convite.

Eu já conhecia o senhor e tenho pelo senhor uma admiração muito grande. Posso dizer que minha admiração aumentou, principalmente pelo que o senhor produziu dentro da FUNAI. Eu acho que foi um período muito rico, do ponto de vista da concretização e garantia, na Constituição, de uma série de direitos dos índios.

Ainda temos muito a caminhar, mas avançamos muito durante o período em que o senhor foi Presidente da FUNAI.

Eu tenho uma série de questões a mencionar. Como tenho uma audiência agora, às 16 horas, fora da Casa, eu vou deixá-las por escrito. Eu agradeço ao Deputado Arnaldo Jordy. Trata-se de uma série de questões que foram debatidas em mesas anteriores, nesta própria CPI. Por conhecer o senhor, diante do que o senhor explanou aqui hoje, com certeza vai contribuir muito. São questões que já foram levantadas aqui pelos Ministros Aldo Rebelo e Nelson Jobim, que já passaram por aqui. Eu gostaria muito que o senhor respondesse a estas questões.

Eu aproveito para dar um “pitaco” em relação a uma coisa simples. Se tomarmos como exemplo a Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, que é também Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, é possível dizer que a Confederação da Agricultura está no Ministério?

O que quero dizer é que há disputas em vários órgãos do Governo quanto ao pensamento de quem deveria estar lá naquele momento para implementar determinadas ideias. Do contrário, acaba-se dando uma ênfase muito grande às disputas que ocorrem dentro da FUNAI, mas isso ocorre em qualquer lugar.



Eu imagino que, quando a pessoa assume o espaço, este tem que ser assumido como espaço do Estado, para a implementação das políticas.

Apenas para dar um toque, Deputado Valdir Colatto, porque é comum entre os Parlamentares dizerem: *“Tomaram conta da FUNAI, tomaram conta do IBAMA, tomaram conta do ICMBio”*. Como tomaram conta? Lá, existe política de Estado para se implementar. É evidente que quem está lá também tem ideias para implementar.

Muito obrigado, Deputado Arnaldo Jordy, pela cessão do espaço.

Obrigado, Prof. Mércio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Como não houve perguntas, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, para fazer os questionamentos como autor do requerimento. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Relator Valdir Colatto.

Queria cumprimentar nosso convidado, o Dr. Mércio Gomes, que, pela terceira vez, nos dá o prazer de tê-lo nesta CPI, para debater conosco e nos esclarecer algumas questões. Agradeço ao senhor esta aula de 20 minutos que nos proporcionou, com uma síntese do panorama histórico do processo indigenista no Brasil, da sua origem até os dias atuais.

Peço a V.Sa. que esclareça, pontualmente, alguns aspectos.

Foram muito debatidos aqui os critérios utilizados pela FUNAI na contratação de antropólogos. Eu queria que o senhor nos citasse, objetivamente, que critérios a FUNAI utiliza para a contratação de antropólogos.

Em relação aos laudos antropológicos, também objeto recorrente de debates nesta CPI, quais os critérios para elaborá-los? Como a FUNAI parametriza a validade na elaboração de laudos antropológicos?

Há outra pergunta que eu queria que o senhor nos respondesse. O Ministro da Defesa, Aldo Rebelo, em depoimento a esta CPI, afirmou que o País é vítima do que chama de “antropologia neocolonial”, defensora da apartação dos índios do convívio com os demais segmentos humanos. Ele se diz defensor da integração dos índios à sociedade nacional.

Eu pergunto a V.Sa.: garantir o direito aos índios à terra configura uma apartação social? O conceito de integração defendido pelo Ministro Aldo Rebelo,



que eu acabei de sinteticamente expressar, não esconde a ideia de assimilação, que contempla o desaparecimento futuro dos índios como grupo étnico distinto e originário culturalmente? Qual a opinião de V.Sa. sobre isso?

O ex-Ministro Nelson Jobim defendeu, também nesta CPI, que o problema está em a FUNAI pretender demarcar como terras indígenas áreas que não são ocupadas por índios.

O senhor, como ex-Presidente da FUNAI — na minha opinião, o melhor Presidente que a FUNAI já teve, com todo o respeito até ao contemporâneo que não é Mércio, é Márcio Meira, que também foi Presidente do órgão, mas acho que V.Sa. obteve resultados mais expressivos à frente da FUNAI —, concorda com esta afirmação do ex-Ministro Nelson Jobim?

Por fim, eu queria que o senhor nos esclarecesse o seguinte. Na sua gestão, foi homologada a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, que também já foi referenciada por V.Sa. na sua fala inicial. Em seu *blog*, V.Sa. afirma que a homologação foi o ápice do “indigenismo rondoniano”. Esta é uma expressão cunhada por V.Sa. no seu *blog*.

O senhor pode nos explicar o que seria esse “indigenismo rondoniano” a que o senhor faz referência? Aliás, a manifestação da Suprema Corte brasileira em relação à demarcação da reserva Raposa Serra do Sol foi um belo trabalho do ex-Ministro Carlos Ayres de Britto, uma peça antológica cuja leitura atenta eu recomendo a todos, independentemente do posicionamento ideológico de cada um neste debate.

Eu queria perguntar que ajustes V.Sa. sugeriria hoje em relação à eficácia e à eficiência do trabalho da FUNAI, além daqueles já revelados: falta de recursos e de orçamento, dificuldades financeiras, que não são únicas da FUNAI. Parece-me que vários órgãos e várias políticas públicas importantes e estruturais na sociedade brasileira padecem do mesmo problema.

Por fim, particularmente na Amazônia se concentra boa parte das populações e dos processos migratórios de povos, nações e etnias indígenas confirmadas pelo mapa que V.Sa. nos trouxe aqui. Hoje nós sabemos que o Governo busca implementar uma política para tentar resolver os problemas ou as insuficiências da matriz energética brasileira, diante dessa fobia, a meu ver, atrasada, do ponto de



vista conceitual, para sair desse aprisionamento por meio da saída das grandes hidrelétricas. Exemplo mais recente disso é Belo Monte, que, na minha opinião, produziu um desastre, uma tragédia aos povos indígenas, aos pescadores, aos ribeirinhos, para resolver um problema, a meu juízo, não resolvido por este caminho. Mais agora, há mais 43 hidrelétricas na Bacia do Tapajós, ainda na Amazônia.

Enquanto isso, a energia solar no Brasil representa 0,4% da matriz energética, menos de meio por cento num País com dimensões continentais e grau de insolação único no planeta, por causa da sua localização nos trópicos. Nessa modalidade, a Alemanha tem quase 10% da sua matriz energética com menos vantagens, se comparadas às do Brasil, vindas da energia limpa, energia solar, energia renovável, enquanto nós estamos na agenda do atraso, com essas políticas de hidrelétricas, a exemplo do que produziu Belo Monte.

Eu queria saber a opinião de V.Sa. a respeito desta política.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Obrigado pelas perguntas, Deputado Arnaldo Jordy.

Os critérios de contratação de antropólogos são os de concurso público, são relacionados à técnica ou ao conhecimento. Eu não sei de nenhum outro método, a não ser o de conhecimento, como se faz nos concursos públicos no Brasil. Tenho fé de que não há nenhum erro nas provas ou nos testes.

Mas há os terceirizados. No meu tempo, eles eram contratados por uma ONG no UNICEF — Fundo das Nações Unidas para a Infância, que lhes pagava. Eles eram contratados de acordo com a habilidade de antropólogo para determinada terra indígena: estudar uma área de demarcação, estudar uma questão econômica por que os índios estivessem passando.

Eu acredito que os critérios são os mais objetivos possíveis, ressalvando que há talvez interesses decorrentes de amigos de antropólogos com gente responsável pela contratação, mas essas são ressalvas que, temos de reconhecer, não modificam o quadro geral. São ressalvas individuais.

Os critérios para o laudo estão definidos pelo Decreto nº 1.776, promulgado por Nelson Jobim quando Ministro da Justiça. Ele se apaixonou por estes assuntos relacionados com a FUNAI. Quando Ministro do Supremo Tribunal Federal, ele



tomou cuidado e ajudou muito na demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol. Ele tem a própria visão, uma visão grandiosa de terra indígena. Ele tem visão do que é terra utilizada para moradia, para subsistência e para trabalho, e terra para conhecimento em geral.

A questão da terra indígena no Brasil, Deputado, foi definida ainda por Darcy Ribeiro, nos argumentos para a criação do Parque Indígena do Xingu. Terra indígena é aquela que foi “culturalizada” pelo índio, isto é, que o índio reconheceu e sabe quais são os seus limites, sabe onde ele “culturalizou” aquilo, pela sua história, pela memória e pela transferência dessa memória para os filhos. Isso é terra indígena.

Para reconhecer como se dá este processo, é claro que o antropólogo tem que ter perspicácia, tem que conhecer aquela cultura indígena, tem que saber de várias questões que são parcialmente antropológicas e parcialmente indigenistas, no sentido de reconhecê-los como parte do conhecimento que eles têm da terra.

Quando os laudos e os critérios dão errado, se houver uma boa direção da FUNAI, os antropólogos corrigem os erros, retomam, refazem e redefinem a terra.

Há um caso muito interessante de uma antropóloga incumbida de fazer a terra para os índios Zo'é. Os meus amigos antropólogos e indigenistas devem lembrar isso. A FUNAI projetou uma terra para os índios Zo'é de determinado tamanho. A antropóloga, muito bem reconhecida em São Paulo e no Brasil, foi estudar e disse assim: “*A terra desses índios é aqui*”, o que significou uma terra menor do que a que a FUNAI tinha projetado, numa área em que não há ninguém dentro da Amazônia.

Portanto, há um critério, há uma busca de objetividade e de moralidade nos antropólogos que têm valor. Ela sabia disso e encarou. “*Que mulher besta, diminuindo a terra dos Zo'é.*” Mas ela viu que aquele era o território que ela viu ocupado pelos Zo'é, no sentido de “culturalizado”.

Há aí umas sutilezas, Deputado, em que tudo depende da direção da FUNAI.

Eu ouvi o que o Ministro Aldo Rebelo disse em um teipe que o Deputado Valdir Colatto postou no Facebook. Eu também fiz algumas considerações. Eu gosto muito do Ministro Aldo Rebelo: acho-o um homem muito sério em todas as capacidades em que ele trabalhou, mas acho que ele está perdido no século XIX.



Ele está perdido numa visão estalinista de que tudo está ou é assim ou é assado. Ele acha que os índios são massa de manobra dos interesses internacionais. Mas não o são.

Quem trouxe o “modernamento” dos índios para o Fórum Nacional foi Rondon. Você acha que Rondon tinha alguma coisa a ver com interesse internacional? Segue-se o “rondonianismo” — eu sou um membro e muitos outros são —, que é condenado por algumas variações da Antropologia, em que os índios são nações, são povos estruturados no nosso País, que merecem ter o seu espaço, merecem ser respeitados por sua tradicionalidade e por sua originalidade cultural, por sua originalidade histórica. Os índios merecem ser protegidos, em caso de perigo sobre eles.

Ao viverem como índios, os índios poderão, de modo próprio, de vontade própria, inserir-se. A isso ele chama “integrar-se”, expressão que eu acho melhor do que “inserir”, mas muitos antropólogos condenam esta palavra, porque “integrar-se” significa “conhecer sem deixar de ser”. Não é assimilar, há outro conceito na Antropologia. Não é o mesmo que renunciar. Assimilar significa quando você perde a sua característica. Você é assimilado e perde a sua característica, como acontece com muitas comunidades que só são reconhecidas pelos seus sobrenomes: não têm mais nenhuma tradição, foram assimiladas. Outros permanecem integrados, mas com suas próprias tradições.

É isso que eu acho que os índios devem ter. É isso que eu acho que é o indigenismo rondoniano. É o respeito pela originalidade, pela capacidade de existência, pela anterioridade histórica, pela busca de um espaço no Brasil. O Brasil é que deve reconhecer isso, dando proteção e ajudando-os a encontrar um espaço. E essa é a função da FUNAI ou de um órgão que esteja lá.

Então, é nesse sentido que eu entendo o indigenismo rondoniano, Deputado. E eu achei que o ápice foi naquele momento, pelas posições, porque foi um inferno para demarcarmos, foi a coisa mais difícil, e ninguém acreditava que fosse possível demarcar, porque havia um interesse econômico muito forte dos Governadores, dos Deputados e Senadores, exceto de um.

Eu tenho a seguinte tese: na questão indígena, tanto faz ser de direita ou de esquerda. Para ser a favor ou ser contra, pode ser de direita ou de esquerda. Um



homem que é considerado de direita e que foi Presidente da FUNAI, e que tem dúvidas sobre a sua Presidência em vários aspectos, manteve-se neutro e permitiu, sem nenhuma confusão, a demarcação da terra indígena. Outro, o Mozarildo Cavalcanti, que era contra, respeitou a decisão da FUNAI e depois foi ajudar os lavradores que estavam sendo retirados. São homens considerados de direita, mas que prestaram um papel ao Brasil, porque reconheceram a questão de algum modo.

Eu não sei se o Mozarildo Cavalcanti ainda é Parlamentar, mas em várias ocasiões eu conversei com ele no gabinete da FUNAI e disse: *“Senador, o senhor vai perder essa história, porque a história é com os índios”*. E ele, tentando resolver de todo modo, terminou respeitando essa decisão. E nunca fez nenhuma confusão sobre isso, nunca tentou arregimentar forças, etc. E depois, com sua capacidade de político, foi ajudar os lavradores a conseguir terras adequadas na sua retirada em busca de outras terras que estavam presentes no decreto de homologação.

Há só mais uma coisa que ele perguntou...

A SRA. DEPUTADA SHÉRIDAN - Quero só fazer uma observação sobre o que ele citou. Eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, V.Exa. não tem a palavra. Há pessoas inscritas. V.Exa. vai participar se se inscrever.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - O senhor pergunta duas coisas importantes. Para eu responder teria que ter mais tempo. Eu só vou responder basicamente. Os ajustes para a eficácia da FUNAI são muito difíceis. Ela teria que fazer um exame de consciência, ver quais são os seus quadros, dar força aos seus quadros indigenistas, fazer o diálogo com os antropólogos que estão entrando agora e que precisam ter uma experiência indigenista mais forte, e precisaria incorporar os índios no trabalho indigenista. Isso foi abandonado, porque dizem: *“Ah, os índios não sabem fazer uma administração, não sabem não sei o quê”*. No meu tempo, 17 lideranças indígenas eram representantes das coordenações regionais em que trabalhavam.

Agora, Deputado, a política do Governo também precisaria de muito mais tempo. Eu acho que estão fazendo hidrelétricas sem levar em consideração as potencialidades brasileiras. Na época em que os planos de hidrelétricas foram



criados, ainda no final da ditadura militar, na década de 70 para 80, não se pensava em energia solar. Fizeram todos os estudos, enviaram engenheiros para tudo que é lado.

Belo Monte é um projeto de 1972 que foi realizado agora, aos trancos e barrancos, a um custo altíssimo — um custo monetário e um custo para as populações. As pessoas de Altamira estão estupefatas diante do que pode acontecer com suas vidas, etc.

A mesma coisa se pode dizer — e aqueles que se lembram daquele tempo podem confirmar — da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, que foi um escândalo: inundaram madeira que podia ter sido retirada antes, houve algo relacionado com corrupção dos militares, com a Agropecuária Capemi. Foi uma coisa escandalosa, foi horrível, mas ela se estabilizou. E as políticas em defesa dos índios funcionaram, pelo menos dos índios que estão à montante; aqueles que estão à jusante sofreram muito porque a FUNAI não teve capacidade de ajudá-los, como é o caso dos índios asurinís.

Há sofrimento. Cito os waimiri atroari. A Hidrelétrica de Balbina está para ser aberta, mas é uma porcaria de hidrelétrica, porque está tão cheia de sedimentos que não produz nem um terço dos 100 megawatts previstos quando foi criada. Foi revista por causa de um grande programa que eu citei anteriormente. Os índios se recuperaram.

Eu não sou a favor de hidrelétrica. Mas eu senti, em certo momento, que isso vinha de uma campanha brasileira. O País deixou de usar a energia nuclear por um medo maior, o medo de escapular alguma coisa e fazer uma população inteira sofrer. Decidiram por isso, porque o Brasil tem energia renovável por conta dos cursos d'água. É razoável se pensar nisso. Mas, quando se chega à Amazônia, verifica-se que há várias questões a serem discutidas. E algumas das hidrelétricas que estão sendo feitas, como Balbina e aquela outra lá em Rondônia, Samuel, são ridículas. Já Tucuruí tem uma base forte. Evidentemente, Belo Monte é um engano total, porque uma hidrelétrica com 50 turbinas para produzir 1.500 megawatts em outubro e novembro é alguma coisa inacreditável. Então, todo mundo teme que eles botem aquela outra chamada Babaquara para segurar a água, o que vai inundar metade do Rio Iriri, em especial a terra dos índios arara.



Então, eu acho o seguinte: o Governo tem que repensar. É possível investir em energia solar. Nós de fato temos esse potencial muito grande. Quanto às hidrelétricas que funcionam, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra a Deputada Tereza Cristina, por 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Prof. Mércio, é um prazer tê-lo conosco nesta CPI. Conhecendo o seu currículo e assistindo à sua aula aqui sobre os indígenas no Brasil, eu gostaria de lhe fazer umas perguntas.

Primeiro, eu vou lhe fazer uma pergunta sobre os povos guaranis. O senhor nos disse aqui, salvo engano, que cada povo indígena tem a sua nação. Se são guaranis do Paraguai, são paraguaios; se são guaranis do Brasil, são brasileiros. É isso?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Não. Eu posso esclarecer?

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Pode, por favor.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - O que eu disse foi o seguinte: os guaranis que vivem no Paraguai, na Bolívia, na Argentina e no Brasil falam uma mesma língua, vêm de uma mesma cultura e se relacionam, por adaptação e adequação, às nações em que estão inseridos. Então, nesse sentido, existe o guarani do Paraguai — se aprende algo da sociedade paraguaia, ele está se relacionando desse modo —, que é um tanto diferente do guarani que mora no Brasil.

Mas o fato de falarem a mesma língua, de terem uma base, dá-lhes uma característica de *communitas*, de comunidade, o que permite dizer, de certo modo, que eles constituem uma nação, um povo, com cultura, com território, com língua, com modo de pensar. Então, para nós, é importante que se diga que eles estão inseridos no Brasil e que são brasileiros. Os paraguaios também acham isso em relação aos seus povos.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Mas os índios que vivem no Paraguai são errantes. Eles andam de um país para o outro, porque as nossas fronteiras com o Paraguai são secas. São mais de 700 quilômetros de fronteira entre o Paraguai e o Brasil, pelos Estados do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso e um pouquinho do Paraná. Mas as fronteiras secas estão no Mato Grosso do Sul.



Nós temos recebido uma quantidade enorme de índios que moravam no Paraguai, ou que eram considerados paraguaios. Eles vêm para o Brasil e fazem autodeclaração, instruídos pela FUNAI, e se transformam e recebem todos os benefícios, que são poucos na minha opinião, que o Brasil dá aos povos indígenas que aqui vivem.

Inclusive, um cartório foi fechado, no Mato Grosso do Sul, porque deu certidões a índios paraguaios sem nenhuma documentação. Simplesmente chegavam lá, intitulavam-se índios brasileiros e recebiam a sua carteirinha de brasileiro. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Quando eu era Presidente da FUNAI — não sei se isso aumentou —, havia casos assim. Havia casos dos ticunas também, dos wajãpis wajurus, dos galibis, que moram na fronteira.

Como eu falei um pouco antes, Deputada Tereza, há uma intercomunicação — tem gente de um lado e de outro — entre quem vive na fronteira. Se há melhor educação, como eu falei, em Letícia, eles vão para Letícia. E estão sendo educados em Letícia, porque o sistema educacional colombiano é melhor do que o brasileiro. E eles vêm para cá para receber o conforto da saúde que nós temos pelo SUS.

Eu não sei se aumentou substancialmente a quantidade de índios guaranis migrando para lá. No meu tempo, sei lá, contavam-se dez índios. Pelo amor de Deus, dez índios entram no Brasil e isso vira um alarme! Nós estamos recebendo o pessoal do Haiti. Nós estamos recebendo gente do Senegal. Nós estamos recebendo gente de Angola. Nós recebemos portugueses com tapete vermelho. Se a economia lá vai mal, todos eles correm para cá, para pegar os empregos de engenheiro, de médico, da profissão que for.

Acho que essa é a generosidade brasileira de imigração. Por que vamos olhar torto para os índios? Ou para os negros? Muitos agem assim com os haitianos que vêm para cá e os angolanos. E olhamos felizes para os portugueses. Não! Sejamos mestiços, sejamos abertos a todos. Eu não sei quantos são, se são 100, 30, 20. Isso, para o Brasil, conta como uma gotinha d'água no oceano. Então, eu não vejo esse temor de que o Brasil esteja sendo invadido por índios paraguaios.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Professor, não é um temor de que o Brasil esteja sendo invadido por índios paraguaios. Mas existe um inchaço dessa



população que está na fronteira, provocando, aí sim, a expansão das áreas indígenas. E aí isso não vai acabar nunca, porque, quando o Paraguai está mal, eles vêm para o Brasil. Quando o Brasil está mal, eles até podem ir para o Paraguai, mas têm sido ao contrário essa migração.

Eu acho que o fato de o Brasil dar saúde causa um problema enorme para os Prefeitos. Nós não vamos aqui entrar nessa seara, mas os Prefeitos têm problemas, já não aguentam manter a saúde para os povos brasileiros, os nossos indígenas, que é muito precária. Nós temos na fronteira um problema seríssimo. E o problema da saúde vai para a demarcação de terra, porque esses índios vêm para o Brasil e as aldeias acabam inchando, com a população. Eles têm filhos. Essa população cresce e aí a terra nunca é suficiente. Precisa-se demarcar mais, mais e mais. É o que vem acontecendo no Mato Grosso do Sul. Daí surgem os grandes conflitos.

Eu queria dizer que não são 10 índios. Se fossem 10 índios, 50 índios, 200 índios, isso não seria problema. Mas para o Mato Grosso do Sul tem vindo uma quantidade enorme. A cada ano vêm mais.

E são manipulados. Todas as vezes que se pretende invadir terras para aumentar a demarcação, eles trazem esses índios, que às vezes voltam para o Paraguai. Uma parte volta. Mas esses índios vêm para o Brasil. Eu tenho inclusive uma fotografia tirada de helicóptero da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Observe o tempo, Deputada, por favor.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Nela vemos esses índios voltando para o Paraguai depois de uma invasão de terra.

Eu só queria deixar algumas perguntas para o senhor sobre o CIMI — Conselho Indigenista Missionário. O CIMI é de fato uma entidade subordinada à CNBB ou ele é completamente independente, só se utilizando da CNBB como fachada para o necessário suporte político? De onde se originam os recursos que dão sustentação financeira ao CIMI? Pode dizer qual a origem do CIMI e qual a sua agenda oculta, se é que ela existe?

Muito obrigada.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Obrigado, Deputada.



Eu acho que a origem do CIMI é nobre. Foram os jesuítas da região do Planalto dos Parecis que começaram, com um colégio, a pensar a questão do indigenismo na época. Esse fato é de 1972.

Houve alguns heróis do CIMI. Padres incansáveis procuraram trazer alento, criaram assembleias para os povos indígenas, deram grande ajuda em ternos de autoconsciência dos índios naqueles momentos. Eles, do CIMI, hoje em dia têm várias atividades. Eu não sei quem é o Presidente do CIMI nem quem é Diretor agora. Ah, é D. Erwin Kräutler. Ninguém põe em dúvida a moral e o bom entendimento que D. Erwin tem do mundo.

Agora, se o CIMI for mandar na FUNAI, eu sou contra. Se ele interferir na FUNAI, eu sou contra. Ele tem o seu papel de cristão, etc., porque no fundo querem evangelizar, mas isso também querem os evangélicos. Os índios estão acossados por religiões por todos os lados. Há povos indígenas que são divididos em protestantes e católicos, e isso é uma coisa que sempre aconteceu no Brasil, é um negócio difícil. A FUNAI fica cheia de dedos porque é laica e não quer que haja uma intervenção nas religiões, mas ela vê um negócio avassalador, vê a entrada, vê índios xavantes virando evangélicos. Como vou deixar de respeitá-los? É claro que eu respeito o índio por ter se tornado evangélico. Isso para mim não faz diferença. Meu coração pode sofrer, porque acho ele deveria manter sua religião, cultura e seus heróis civilizatórios e espirituais. Mas isso acontece. O Brasil é um país cristão, e os cristãos brigam entre si para conquistarem uns aos outros. Eu só espero que não produzam, não ocasionem, não transformem essas culturas em perda de hígidez étnica, porque, quando perdem a hígidez étnica, a questão vira uma briga entre católicos e protestantes, como nós vemos no Brasil inteiro, em várias regiões em que se dá isso.

Lamento não poder responder a tudo que a senhora está querendo que eu responda, porque não sei. Não sei quem é o CIMI, não sei se eles ganham dinheiro. Não sei.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Eu gostaria só de fazer um aparte quanto à sua fala sobre o CIMI. Eu acho que todas essas boas intenções, não só do CIMI, mas também de outras ONGs ou instituições que tentam evangelizar os índios... Algumas realmente cuidam dos índios. Mas eu quero dizer ao senhor que o



CIMI hoje incita a invasão pelos índios. Agora mesmo, no nosso Estado, no Mato Grosso do Sul, há relatos da Polícia Federal. Nós temos provas de que o CIMI hoje, além de fornecer a logística, os ônibus, a comida, as barracas, enfim, o que eles precisam para se locomover e fazer as invasões, incita essas invasões. Os índios ficam lá e, quando acabam os preparatórios, vão, de uma maneira muito violenta, para essas invasões incitados pelo CIMI. Esse papel eu acho que o CIMI não deveria ter em relação aos povos indígenas.

Era só isso que eu queria colocar na minha fala.

Muito obrigada por suas explicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputada Tereza Cristina.

Com a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu vou formular algumas questões e algumas considerações seguidamente, para que depois, até porque o tempo é curto, o Prof. Mércio tenha condição de também comentar.

Em relação à imigração haitiana, é evidente que não se pode minimamente comparar. Uma coisa é admitir pessoas, outra é nós trazermos indígenas que irão desalojar brasileiros, tomando a terra deles graciosamente. A nenhum haitiano nós estamos dando terra de graça. Então, é muito diferente da visão que se deve ter em relação aos imigrantes e àqueles que estão sendo trazidos para tirar brasileiros que há muitos anos produzem.

Em relação à experiência de V.Sa., quando nós temos um contato com a integração ou com a miscigenação que se vê no Chile, no México, não fica evidente que estamos tratando de forma tão diferenciada os indígenas, que eles não têm a mínima condição de, se desejarem, se integrarem efetivamente à nossa civilização?

Aqui, alguém que o precedeu deu a entender que a situação era como se nós enjaulássemos os indígenas, eles ficassem lá na selva, distantes, e quiséssemos que minimamente se integrassem à nossa forma de viver, à nossa cultura, à nossa civilização.

Quando V.Sa. fala nas dificuldades de arrendar, existem arrendamentos e arrendamentos. Para resolver isso existe o Poder Legislativo. Nós podemos



resolver, por exemplo, os problemas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, onde há pequenos produtores, e também, em relação a isso, fazendo regramento de forma que não se tenha esse risco de grandes latifundiários. Porque temos de um lado um risco, nós não resolvemos o problema dos menores? Acho que não, cabe-nos atuar nesse sentido.

Quando foi julgado o episódio Raposa Serra do Sol, V.Sa. não estava mais lá. Mas foram definidas as condicionantes, que são, na verdade, a interpretação da Constituição. Uma vez que o Supremo não legisla, ele interpretou o que está na Constituição. Qual é o seu entendimento? Não sei até onde V.Sa. prosseguiu ligado à FUNAI ou se está absolutamente distante. Mas, se estivesse, qual a interpretação? O que nos choca é que temos a Corte maior do Brasil, que decide, e a FUNAI não obedece. Para ela não existem aquelas condicionantes. E, de novo, repito: condicionante não é criação cerebrina ou teratológica do Supremo. Ele está interpretando a Constituição. Quando o Supremo admite o marco temporal — e V.Sa. fez referência ao indigenato —, ele define que nós, hoje, estamos debatendo sobre o fato e não sobre o indigenato, e o fato é o marco temporal.

Quando o Supremo decide, qual a visão de V.Sa. em relação a esse marco temporal? Quando o Supremo define que, quando se cria uma reserva indígena, é examinado um fato, qual é o fato? O fato é a presença dos indígenas. Então, ali se identifica ondes eles estão. Quando estou falando em ampliar, eu estou negando o fato. Então, o primeiro fato foi falso, porque ele não poderia identificar como sendo aquela localização para depois... Esse é o raciocínio que o Supremo adotou, e corretamente. Não há como ampliar uma coisa que faticamente foi definida. Os fatos são fatos. A menos que se anule. Aí é diferente, não é ampliação; ter-se-ia que anular a reserva indígena.

Quando falamos em interesse internacional nos indígenas, é evidente que não estão interessados nos indígenas; eles estão interessados em nos limitar na produção. Essa é a nossa interpretação. Quanto mais reservas indígenas criamos, mais nos sufocamos enquanto competidores, concorrentes internacionais, e nós estamos, claramente, surpreendendo o mundo com a nossa produção, pelo que estamos alcançando.



V.Sa. teve a oportunidade de voltar depois da criação da Raposa Serra do Sol. V.Sa. teve a possibilidade de verificar como estão hoje, ou mais recentemente, os indígenas e os não índios em relação à criação da reserva?

Tenho uma última consideração. Além do mais, eu vivo numa região de fronteira, e daí vem essa criação. Lemos muito sobre a intenção de se criar a nação guarani. É evidente que, ao se criar uma nação guarani, nós já estamos falando em soberania, e não só numa mera criação. Qual a leitura que V.Exa. tem em relação a isso que se vem plantando na literatura indigenista, a criação da nação guarani?

Por fim, quero apenas dar um testemunho. Realmente, mais de 2 mil indígenas migraram, foram trazidos com uma intenção clara. Isso só cria conflito. Esses conflitos são fomentados por essas instituições, essas ONGs que aqui já foram referidas.

O Presidente já está sinalizando. Essas são as considerações que eu gostaria que, na medida do possível, V.Sa. comentasse.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Obrigado, Deputado Osmar.

Os haitianos não estão vindo para o Brasil para tomar terra de ninguém, mas os índios também não estão vindo para tomar terra de ninguém. Os índios querem um lugar. Se fosse negociada uma possibilidade em termos de terras no Mato Grosso do Sul ou no Paraná, talvez se encontrasse uma solução. De todo modo, essa é uma questão de reconhecimento político, de uma realidade política em que há a capacidade de o político, de o juiz, de as leis do País resolverem. Eu quis dizer é que o Brasil recebe as diferentes culturas com uma facilidade imensa. Quando chega a esses problemas, com algo mais tocando os calcanhares de alguém, então vamos resolver de outro modo.

Eu não sei, de fato, o que a FUNAI pode fazer. No meu tempo, não era essa quantidade de que o senhor estava falando, 2 mil indígenas sendo levados assim. Eu sei que muitos dos guaranis que moram no litoral brasileiro vieram do Paraguai há 60 anos, na década de 40. Os índios que estão em Bracuí, no Rio de Janeiro, em Paraty-Mirim e em outros lugares vieram como imigrantes na década de 40 e refizeram as suas vidas ali, tendo umas terras na Costa Verde do Rio de Janeiro. E foram até o Espírito Santo. Esse foi um processo possível de se fazer. Eu não sei se com uma quantidade maior, pela violência, é possível de se fazer. Se os haitianos



viesses com o intuito de ser agricultores, certamente ali no Acre iriam arrumar terras para eles, porque é possível serem eles também agricultores.

Mas, confesso, o senhor tem razão: há um ponto que é um pouco diferente. Os índios, o Ministro Aldo Rebelo dizer que eles são enjaulados. Essa é uma história que ouvi tanto tempo atrás, quando estavam comparando-os aos tais das terras *bantoestans* da África do Sul, isso ainda no fim da década de 70, quando estávamos contra a decisão do Geisel de tirar a tutela da FUNAI. Ouvi muitas discussões. Até um professor de geografia trouxe este argumento: *“Mas parece que vocês estão fazendo como os bantoestans da África do Sul, como o swahili, preso aqui: não pode sair daqui, não pode sair dali”*.

Evidentemente, é um exagero geográfico. Os índios estão aí em tudo quanto é lugar. Há mais índio vivendo no urbano do que nas terras, atualmente. Integrados, no sentido de terem conexão com o Brasil, eles estão, Deputados, eles estão. De algum modo, eles querem ainda se preservar, mas estão integrados, estão relacionados, estão inseridos. Estão inseridos na educação, na saúde. Nós temos índios formados com PhD, igual há nos Estados Unidos. Há índio aqui com doutorado em Linguística, em Antropologia, em várias áreas. Não conheço ainda o índio médico, mas vai haver o índio médico, porque eles estão aí no Pará e em diversos outros Estados. Índios professores, que têm uma capacidade de ser indígenas e estar em salas de aula, também existem.

Então, não precisam se preocupar com que os índios estejam enjaulados porque têm as suas terras: eles saem à vontade. Assim sempre foi. E eles não fogem às suas características. Eles tentam manter as suas características. Vão mudando um tanto, não é?

Sobre o arrendamento, de que o senhor falou, de terras menores, eu confesso que sou contra, mas vejo que é uma realidade. Agora, se se começar a fazer arrendamento de milhares de hectares, os índios vão perder. Esse processo é terrível. Eu sei como passam os kaingang, que sofrem com essa história e que já entregaram os pontos em relação a serem eles os agricultores. Eu sei porque eu tive essa luta numa terra indígena — agora me escapa o nome — lá em Santa Catarina. Mas são sempre essas coisas que têm que ser discutidas.



Se o senhor me perguntar, com clareza eu digo: eu sou contra o arrendamento, sou contra. Mas, se o senhor disser *“Ah, vamos chamar os índios para conversar”* e se aqueles que têm disserem *“Não, nós não podemos mais escapar, blá-blá-blá”*, eu me entrego ao que eles pensarem. Mas eu acho que o destino é cruel, o de quem arrenda terra. É cruel para as suas terras e para a sua higidez territorial, mesmo porque elas terminam se estragando com muito mais rapidez, por causa da volúpia de ter que se fazer lucro o mais rápido possível.

As cláusulas da RSS, eu as acompanhei sim. Li e vi tudo isso. São 19 cláusulas, mais aquela extensão de que o Ayres Britto falou, sobre 5 de outubro de 1988 ser o marco. Eu lamento que tenha sido feito isso. Quando o Jobim era Ministro e Presidente do Supremo — e eu estive em conversa com ele —, ele até dizia: *“Não, vamos colocar como marco a primeira Constituição em que saem menções a terras indígenas, a Constituição de 1934, porque a de 1891 não trata de questões indígenas”*. Ele dizia: *“Vamos fazer o marco na de 1934”*. E respondíamos: *“Como o marco?”*

Mas, enfim, há também uma ressalva na de 5 de outubro de 1988: se houver ânimo para a volta, então ele não perde o direito. Então uma história sutil o Ayres Britto colocou ali. Eu fui contra esse negócio de 5 de outubro, mas ele, ao menos, colocou isso — se tiver ânimo de retorno, se nunca tiver entregado os pontos de que aquela terra não era sua. Isso prevalece na formulação do Ayres Britto e daquelas cláusulas, das 19 cláusulas.

Eu teria mais pontos a abordar, um por um, mas é difícil de se levar...

À Raposa Serra do Sol eu confesso que nunca mais fui. Fui quando eu era Presidente da FUNAI, estive em Boa Vista várias vezes. Não sei dos relatos. Imagino que a situação esteja difícil porque a FUNAI não tem uma presença permanente lá. Não sei se conseguiram preservar ali aqueles que ajudaram os índios durante anos, que foi a Missão Immaculata e outras missões religiosas. Não sei dizer se estão tão mal. Mas eu acho que é melhor assim, se eles encontrarem o seu próprio caminho, em vez de estarem sob a égide de Quartiero, comandando a massa lá.

Criação da nação guarani.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - O senhor falará já, já. Deixe-me terminar, por favor.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Não, naquele momento, ali.

O SR. DEPUTADO ABEL MESQUITA JR. - Não.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Era sim. Foi ele que levantou todas as coisas.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Na minha opinião, Deputado, era sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputados...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Com o povo de Roraima? Não falta respeito, não.

O SR. DEPUTADO ABEL MESQUITA JR. - É como se o Paulo César estivesse comandando alguma coisa...

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Não o Estado de Roraima; comandava a dificuldade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputados...

A SRA. DEPUTADA SHÉRIDAN - *(Ininteligível)* grosseiro e estúpido, como V.Exa. foi comigo e com ele também. *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A senhora não precisa me dar conselho, que eu estou dispensando.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A senhora não me chame de ignorante. A senhora me falta com o respeito parlamentar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deputado, não seja grosseiro, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu não preciso dos seus conselhos também.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, eu não estou lhe dando conselhos; estou lhe dizendo um fato.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu estou querendo apenas... Só um pouquinho.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Respeite a Deputada, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu faltei com o respeito a ela quando?

A SRA. DEPUTADA SHÉRIDAN - Faltou. V.Exa. faltou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Nós temos oradores inscritos, que estão aqui desde as 14 horas, desde as 14h15min. Primeiro, falam todos os inscritos; depois, falam as Lideranças, conforme V.Exa. está inscrita aqui, Deputada, sem nenhum problema. Depois que terminar e havendo tempo para fazermos o debate, a palavra será franqueada a outros. Mas seria um desrespeito se eu deixasse esperando alguém que está inscrito, para que alguém que chegou depois fizesse uma intervenção, a qualquer tempo, a qualquer hora, pelo seu prazer. Ela vai ter a palavra. A ninguém é negada a palavra; todos vão tê-la, sem sombra de dúvida. Basta haver tempo disponível. Só não pode é interferir quando achar que deve, porque é um desrespeito com os outros.

Por favor, Prof. Mércio, pode continuar.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Quero só terminar de responder quanto às intervenções do Deputado Osmar Serraglio. A criação da nação guarani transparece, ou flutua, como uma possibilidade e como um desafio. Eu, sinceramente, acho que o que há é um conjunto de índios guarani de várias partes do Brasil tentando encontrar uma linguagem em comum, e falam em nação. Isso não passará jamais em nenhum fórum internacional, em nenhuma relação...

Os índios americanos, que têm muito mais recursos e possibilidades — como os navajos, que têm 3 milhões de hectares de terra; é a única terra grande que há lá, que nem é tão grande assim —, eles jamais iriam tentar um foro internacional. São os mais poderosos dos índios para dizer: *“Eu quero ter um foro internacional”*. Os mohawk do Canadá, que têm poderes por causa das suas minas de diamante, etc., jamais vão dizer isso, jamais vão desafiar a instituição do Estado americano ou a instituição do Estado canadense.

Os índios maori, os povos maori, da Nova Zelândia, são proporcionalmente os que contam com mais gente numa nação; os maori são, mais ou menos, 20% da



população, são os que têm mais número. O segundo povo com mais número são os indígenas da China; são cento e tanto milhões de pessoas, em uma população de 1 bilhão e 300 milhões. Mas os maori, que têm uma ilha, que perderam uma parte da ilha — existe um acordo feito com eles, um acordo sagrado, de 1817; eles permitiram a entrada dos brancos irlandeses e ingleses que lá estiveram —, jamais vão dizer *“Eu quero ter o status de nação e não sei o quê”*, porque eles sabem que as nações são feitas de acordo com as circunstâncias históricas. Isso não quer dizer que, em algum outro momento, os navajos, por exemplo, queiram dizer: *“Nós somos a nação navajo”*. Mas, para que eles digam isso, irmão, tem que correr muito sangue aí, tem que mudar muito, e a China tem que estar mandando em todo o mundo, porque não é assim que se faz num país como os Estados Unidos.

Não respondi direito nem acalmei o senhor, mas é isso que eu penso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Satisfeito, Deputado?
(Pausa.)

A palavra está à disposição da Deputada Erika Kokay, por 8 minutos, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O Deputado Edmilson Rodrigues não está inscrito antes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Deputado Edmilson não está inscrito. V.Exa. tem a representação. Mas, se V.Exa. quiser que ele fale, por favor, fique à vontade. Ele terá 3 minutos para se manifestar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu falo após ele, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu agradeço.

Deputado Alceu, muito obrigado. Eu vim esbaforido da reunião com o Ministro Patrus Ananias. Não consegui a inscrição por poucos segundos.

Eu queria parabenizar o convidado pela presença e pedir, como membro da Comissão, Presidente, desculpa ao Dr. Mércio. Ele se dispôs a vir — veio duas vezes.

Acadêmico de formação densa, respeitadíssimo no mundo acadêmico, com sua experiência administrativa ele premiou o Brasil com 66 ou 67 processos de demarcação, em sua completude.



É com muita tristeza que eu vejo essa mudança de qualidade e quantidade — porque são pares indissociáveis — no mandato da Presidente Dilma. Agora mesmo cortaram mais 5 milhões dos parques 134 milhões — já reduziu —, e me passaram a informação de que cortaram mais ainda. Por que se corta onde não se deve cortar?

Por exemplo, fala-se em pequena produção aqui. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, que no ano passado administrou 6 bilhões do Orçamento, inicialmente, teve realizados menos de 3 bilhões, que foram pagos; e aí, no debate orçamentário do ano passado, para o Orçamento de 2016, se consolidaram apenas três bilhões e pouco. É como se dissessem assim: *“Como não gastou, então vamos reduzir”*.

Então, deixa de ser prioridade aquilo que é fundamental para o desenvolvimento do País, para eliminar conflitos, para gerar emprego no campo, e a questão indígena fica à parte. Há realmente um desprezo da Presidente Dilma, talvez por uma formação que se assemelha, em alguma medida, à do Ministro Aldo Rebelo, de um racionalismo atroz, de uma visão de desenvolvimento talvez inspirada na NEP, ainda do período da União da Soviética: tem que haver mais capitalismo se quisermos ir ao socialismo. Isso é um equívoco.

Os povos indígenas, que, se quisermos chamar de originários, falamos com toda a força de uma verdade, têm que ser respeitados naquilo que eles podem contribuir para a produção do futuro do País. Eu falo assim, mesmo sendo de uma tradição culturalmente indígena — sou do Pará —, mas tenho uma avó que era negra e indígena do Marajó, onde dizimaram o povo kaiabi e outros povos.

Agora, o Quartiero está destruindo os indígenas não tribalizados — para usar um conceito de Darcy Ribeiro — lá no Marajó, poluindo os Lagos do Arari, com o agronegócio do arroz. E há toda uma desestruturação social, o aprofundamento de perversidades, como a prostituição infantil e o trabalho infantil. Eu disse aqui, na frente dele, que ele realmente não é, digamos, alguém que mereça o respeito de um brasileiro verdadeiro.

Eu queria aproveitar para parabenizá-lo, Dr. Mércio, porque a algumas perguntas feitas com o objetivo de ouvir determinada resposta V.Sa. respondeu como cientista.



Quanto à crítica que se faz às ONGs, eu pessoalmente tenho o maior respeito por elas e tenho lido muita coisa que elas produzem. E tenho profundíssimo respeito a algumas que foram aqui citadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Vou concluir.

Eu também concordo com V.Sa. em que o caminho correto é termos as entidades não governamentais como entidades que colaboram suplementarmente — todo mundo é chamado a colaborar. Mas a FUNAI não pode continuar desse jeito. O trabalho das ONGs, às vezes, vira o trabalho principal por conta da quase falência administrativa, organizacional e financeira da FUNAI.

É muito triste enfraquecer a FUNAI tornando-a quase insustentável do ponto de vista financeiro. E é muito mais triste que essa visão de desenvolvimento arcaica faça com indígenas de várias comunidades e etnias em Belo Monte o que está fazendo agora, com repercussões para além das comunidades indígenas.

Eu concluo, Sr. Presidente, com esta informação. Hoje eu falei na tribuna. São 19 ações do Ministério Público — não mais por conta de Belo Monte, de que já são mais de 20. São 19, sabe por quê? São 3.800 hectares, desde que Belo Monte começou, destruídos da floresta, o que inviabiliza qualquer condição de equilíbrio ambiental, não mais só em terras indígenas.

Então, o que querem? Reflorestamento. E querem suspender os incentivos creditícios e fiscais. Ou seja, essa questão que traz um empreendimento acaba tendo um efeito em outras dimensões da vida com um viés destrutivo talvez irreversível. Quando eu vou falar aqui nos assurinis, dá-me no peito uma tristeza, mas, ao mesmo tempo, dá-me uma alegria ver os meus ancestrais, os teneteharas, crescendo em população por conta da sua resistência histórica.

Parabéns!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem a palavra a Deputada Erika Kokay, por 8 minutos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nós temos, no decorrer desta CPI — chegamos a questioná-la pela ausência de objeto, porque não há um objeto claro,



definido —, recorrentemente, os mesmos tipos de argumentos. Primeiro, nós temos aqui uma verdadeira repulsa à atuação das ONGs, como se as ONGs dominassem a própria FUNAI. O Deputado Edmilson Rodrigues foi muito feliz ao dizer que a atuação das ONGs, via de regra, é suplementar. E ela não é uma atuação de gestão. Ou seja, nós não temos as ONGs dominando a FUNAI.

Há a teoria também conspiratória de que demarcação de terras indígenas diz respeito à competição com o agronegócio que outros países do mundo desenvolvem com o Brasil. Isso foi bem explicitado por um Deputado que me antecedeu, que dizia: *“Ora, eu penso que a demarcação das terras indígenas faz parte de um processo de diminuição, enfim, de conflito com o agronegócio, pela pujança que o agronegócio tem no Brasil”* — e que devem ter seus tentáculos, o que não disse o Deputado, mas já foi dito em outras ocasiões, tentáculos internacionais.

Nós já ouvimos aqui um depoente que nos disse que havia uma tendência internacional etnizante — e, por isso, esse apoio ao processo de demarcação das terras indígenas seguindo interesses internacionais, em contraposição a um segmento absolutamente pujante do Brasil locomotiva do desenvolvimento nacional.

Isso são mitos tão eivados de preconceito — eivados de preconceito! Em todas as vezes que se fala de ações dos povos indígenas, aqui se diz que eles foram manipulados, como se eles fossem seres sem nenhum tipo de conteúdo, sem nenhum tipo de querer, sem nenhum tipo de identidade, que pudessem ser carregados de acordo com os interesses manietados pelo capitalismo internacional.

É um processo absolutamente mítico e surreal da construção dos interesses que estão dados nesta CPI, que são interesses do grande latifúndio, interesses dos ruralistas, numa lógica fundamentalista patrimonialista. Há um fundamentalismo patrimonialista que quer ampliar as cercas e desenvolver, via de regra, o agronegócio, a monocultura, cheia de inseticidas, em contraposição aos interesses indígenas. É isso que está em jogo aqui. Aí se utilizam de qualquer tipo de argumento, argumentos rotos — rotos! —, argumentos que não vestem a essência dos interesses que estão dados nesta Comissão.

Aqui falam muito no marco temporal e se referem à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, quando ali, em primeiro lugar, foi uma ação — e nós já dissemos isso outras vezes nesta CPI — específica para a Raposa Serra do Sol. Não há efeito



vinculante. Isso foi dito pelo próprio Ministro Nelson Jobim nesta Casa. E parece que isso não foi dito, porque há seletividade auditiva de acordo com os interesses das cercas e os interesses contra os povos indígenas.

Foi dito tanto do marco temporal. Aqui se fala no *animus*, mas aqui também se fala que é a mesma lógica de quando houve o esbulho. Nós não podemos perenizar a vitimização. Aqueles que sofreram o esbulho das suas terras — por isso não estavam nas suas terras em 1988 — não podem ser penalizados, para que nunca tenham acesso às próprias terras.

Aqui se constrói também o mito de que índios paraguaios vêm ao País solapar os nossos direitos, numa lógica xenófoba. É uma xenofobia, que não se admite num processo de solidariedade, ainda mais dentro do MERCOSUL, quando há um acordo de integração.

E o que se diz aqui dos fazendeiros brasileiros que tomam nacos grandes de terra do Paraguai? São fazendeiros brasileiros que estão no Paraguai.

Então, veja, aí se diz que há uma ameaça constante às Prefeituras, aos interesses brasileiros, de indígenas que estão em uma fronteira e se utilizam de serviços públicos em território brasileiro.

É um absoluto preconceito contra os povos indígenas. Falar aqui de apartação — como falou o Ministro da Defesa —, de apartação, de conquista da terra ter como significado uma apartação?

Eu diria: sabe o que é apartação? É o que eu vi em Mato Grosso do Sul, na região de Dourados, com os guaranis. Eles foram retirados das suas terras, foram utilizados como mão de obra escrava para construir grandes fazendas, via de regra, de soja, e foram confinados. Várias etnias foram confinadas em espaços reduzidos, sem ter espaços para plantação e espaços para acesso à água.

Isso é apartação, porque isso é etnocídio. É dizer: esta “*é a parte que te cabe deste latifúndio*”, lembrando um poema de João Cabral de Melo Neto. Esta é a parte que te cabe neste latifúndio: as beiradas da inclusão, a exclusão da condição de vivenciar a própria cultura, de vivenciar a própria etnia. Por isso, há um aumento tão grande de suicídios e de drogadição nesses espaços de confinamento.

É o impedimento de que um povo possa ser um povo. Essa é a concepção de nação. Quando se fala de nação, está se falando de identidade cultural. Não se está



falando aqui de uma nação apartada do processo ou da Nação brasileira, ou soberana, no que diz respeito ao direito. Está se falando de identidade. E se quer eliminar essa identidade em nome e em defesa das cercas.

Nós ouvimos aqui, numa audiência, também, que são os indígenas os que mais preservam a terra. Aqui se tentou fazer a construção de que o movimento ou o assentamento para a reforma agrária desmata a Amazônia Legal. O mapa mostrado diz que quem mais desmata são as propriedades privadas. Isso é o mapa que diz. É a grande propriedade que desmata e que degrada — degradou milhões de hectares na Amazônia Legal —, e degradar é um agravamento do próprio desmatamento.

E aqui o que nós vimos, ano a ano, é que existem anos em que o nível de desmatamento em terras indígenas foi zero por cento — zero por cento! —, nessa terra que é da União e está sob a posse da população indígena.

Então, eu diria — e encerro com isso — que há muitos preconceitos em curso, como o de que os indígenas são sempre manipulados. É um desrespeito com o CIMI, um desrespeito com os antropólogos.

Chegou-se a acusar uma antropóloga de ter emitido um laudo em função de um relacionamento que ela teria com um indígena, numa verdadeira expressão sexista, machista e, além de tudo, desrespeitosa com o conjunto dos antropólogos.

Tenta-se desrespeitar a FUNAI, desconsiderar e desrespeitar a atuação das organizações, a atuação do CIMI, e colocar indígenas como uma massa a ser moldada de acordo com os interesses dos latifúndios.

Se não podem e estão lutando por sua terra, pelo que está previsto na Constituição, é porque são manipulados por outro — por outro! —, e nós não conseguimos manipulá-los mais, como manipularam e tentaram durante tanto tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, por favor, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu encerro, Dr. Mércio, lembrando a sua gestão. A Terra Indígena Raposa Serra do Sol, se não me falha a memória, foi homologada na sua gestão. A sua posição foi inequívoca. Inclusive, lembro os princípios de Rondon, a sua própria história e o nível de homologação e demarcação que tivemos na sua gestão, que precisamos resgatar.



Aí sim — e encerro com isso —, Deputado Alceu, nós vamos ver que se há que se...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, não existe aparte nesse processo.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Como Relator, eu pedi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não. V.Exa. fala depois. Há tempo. É o Deputado Abel que vai falar neste momento.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Só para concluir, Sr. Presidente, peço 10 segundos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Já se passaram 15 minutos, Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deputado, respeite a minha fala. Respeite a minha fala.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - A senhora é que não está respeitando o seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, peço que conclua.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não seja hostil e intolerante.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - A senhora não está respeitando o seu tempo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não seja intolerante, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Faz 15 minutos que a senhora está falando bobagem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Banhe-se com a democracia. Banhe-se com a democracia e me respeite, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Faz 15 minutos que a senhora está falando bobagem.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E me respeite! E me respeite!

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu já conheço esse discurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, eu gostaria que a Deputada Erika Kokay...



O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - É o mesmo de sempre. É o mesmo discurso de sempre.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Presidente, ele não tem o direito...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Toda vez é a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, Deputado Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Toda vez é a mesma coisa. Toda vez tenho que ouvir isso.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ele não tem o direito de desqualificar a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu vou ter que desligar o seu microfone. Isso não soma, não constrói. Peço que conclua, por favor.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Estou tentando concluir.

Deputado, banhe-se com a democracia.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada, se V.Exa. quiser responder mais uma vez ao Deputado, eu lhe corto a palavra. Conclua o seu raciocínio.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deputado, acalme-se. Acalme-se.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Estou tentando concluir, Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Estou tentando concluir. A sua grosseria não pode ser só com as mulheres.

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Abel Mesquita Jr.

O SR. DEPUTADO ABEL MESQUITA JR. - Na verdade, Dr. Mércio, a preocupação dos demais colegas é a de que não aconteça com os Estados deles o que aconteceu com o meu: 46% das suas terras são demarcadas para área indígena. É esse o grande problema.



Na teoria, é muito fácil chegar aqui e falar. Na prática, é diferente. Os indígenas yanomamis estão indo, sim, para as cidades adjacentes à demarcação mendigar, porque lá não está a presença da FUNAI. É isso que tem acontecido.

Outra situação é inviabilizar um Estado daqueles, com 500 mil pessoas e demais indígenas do Norte, sem ter energia nenhuma, e nós não podermos usar uma faixa de domínio para levar energia para o Estado. O nosso é o único Estado da Federação que não é interligado com o sistema nacional.

Ninguém está querendo tirar direitos de indígenas, pelo contrário. Desde que virei Deputado, eu defendo: o que já está demarcado está demarcado. Mas nós temos que levar qualidade de vida tanto para os indígenas quanto para nós. É isso que eu vim para cá defender.

Eu não sou massa de manobra de ninguém, não. Eu sou da iniciativa privada. Lá, eu gero emprego. Eu quero libertar o meu Estado do contracheque do Governo Federal. Eu quero desenvolver o meu Estado. Eu nasci lá e eu produzo lá. Acontece que meu Estado foi governado por outras pessoas que não conhecem a verdadeira realidade.

O senhor disse que foi várias vezes lá. Eu me lembro de ver o senhor lá. Mas que é uma aberração o que fizeram com o meu Estado o senhor há de convir comigo que é.

Quanto a trazerem indígenas de outros países, é prática comum no meu Estado trazerem indígenas da Guiana, da Venezuela, para inflar a quantidade de indígena, para aumentar as áreas indígenas. Isso foi feito lá. Isso foi feito lá.

O que nós estamos buscando aqui é fazer com que não se inviabilize mais o Estado. É com isso que os colegas aqui estão preocupados. Vão para lá acender uma lamparina durante 12 horas de *blackout*. Vão para lá.

Quando falta energia 10 segundos ou 5 minutos em qualquer Município do Centro-Sul do Brasil, sai notícia sobre isso na imprensa internacional. E não dão valor nenhum ao meu Estado.

Essa é a revolta do nosso Estado. Alguns colegas não conhecem a realidade. Lá está inviabilizado, sim. E uma grande parte de estar inviabilizado se deve ao fato de usarem as ONGs, pressão internacional, para demarcar o Estado. Foi dito por alguns do Governo Federal que houve pressão internacional, sim.



É isto que nós pedimos: que respeitem o nosso Estado. Nós estamos querendo levar qualidade de vida não só para nós, mas também para os indígenas do Norte.

Eu não venho a esta CPI para fazer perguntas. Eu venho aqui para refletir com os demais colegas, porque o que fizeram com a gente lá vão fazer com eles em seus Estados.

Eu só quero trazer essa reflexão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A Deputada Shéridan quer fazer uso da palavra? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Dr. Mércio.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Deputado Abel, em primeiro lugar, eu quero me confortar com o senhor — o senhor aceita que as terras indígenas demarcadas estão como estão.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Ótimo. Então, estamos de acordo. O problema dos yanomamis é um problema de falta de FUNAI. Então, estamos de acordo também que isso pode ser feito.

Quanto ao problema da falta de energia em Roraima, eu acho que isso é negociável com os índios da etnia waimiri-atroari. É uma possibilidade. Isso tem que ser feito dentro de um acordo geral com os índios da etnia waimiri-atroari.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Eu acho que está faltando uma liderança na FUNAI, no Ministério, sei lá o quê, para negociar isso com os índios. Os índios ouviriam, tenho certeza disso.

Por último, eu jamais diria que o senhor, nem ninguém em Roraima, foi massa de manobra. Eu disse que o Deputado Paulo César Quartiero, que não era Deputado naquela ocasião — foi depois —, utilizou-se do pessoal que trabalhava com ele para fazer um monte de coisa. Foi o que eu disse. Ele estava comandando a massa dele, não a massa do povo de Roraima. Ele levava gente para uma aldeia, levava um conjunto de pessoas lá em frente ao Palácio. Fazia essas coisas. Jamais eu vi o Senador Mozarildo Cavalcanti ou o Senador Romero Jucá achando que



estavam sendo manipulados. É claro que eu não quis dizer isso. Se o senhor entendeu dessa forma...

O SR. DEPUTADO ABEL MESQUITA JR. - O problema todo é que eles não tinham nem 1 metro dentro dessa área. Nessa parte aí, eu defendo o Paulo. O Paulo não invadiu terra de ninguém, não. Ele comprou a terra e tinha documentação. Outro fazendeiro ganhou em todas as instâncias aqui e depois anularam. Eu não sei se o senhor se lembra do projeto da Fazenda Guanabara, dentro da Raposa Serra do Sol. O senhor se lembra?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Eu me lembro de várias fazendas. O nome me escapa agora.

O SR. DEPUTADO ABEL MESQUITA JR. - Pronto.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Deputado Abel, eu só queria enfatizar que eu não quis dizer que o senhor foi usado como massa de manobra.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu quero agradecer ao Dr. Mércio e dizer que esta CPI tem dois eixos básicos. Primeiro deles: é uma Comissão Parlamentar de Inquérito que, por sua natureza, apura denúncias de crimes que possam ter sido cometidos nos mais diversos cantos do Brasil. Posso lhe dizer que há hoje documentos que comprovam, em alguns casos, laudos antropológicos absolutamente fraudulentos. Nós temos aqui já comprovação, assim como temos remessa de recurso do INCRA para famílias que não existem. E nós vamos acabar mostrando isso aqui, com todo o relatório, com fartas provas. Há caciques que são garçons em São Paulo, com toda a comunidade paulista invadindo fazendas da Bahia. Há isso lá, com fartas provas também. Aliás, 224 índios se declararam índios e se arrependeram. Agora não são mais. Não querem mais. Então, vão lá ao cartório e dizem: *“Deixei de ser índio. Não quero mais”*. Isso também está acontecendo aqui.

Outra questão — e eu acho que é uma contribuição importante a que o senhor pode nos dar, pela sua experiência — é a construção de uma política de Estado para os índios, sem trauma. Uma frase que eu li no Mato Grosso diz o seguinte: *“Onde há justiça, há terra para todos”*. O Brasil não precisa dessa guerra insuflada de brancos contra índios, de brancos contra negros. Há terra para todos,



nos mais diversos estágios. Os que querem ficar em isolamento, os que estão em processo de aculturação, os que querem ir para a universidade fazer doutorado... Há exigências diversas. Não dá para tratar isso como se fosse uma receita de bolo, como se tudo se resolvesse com a demarcação de terra. *“Está demarcada a terra, está resolvido o problema.”* Não está. Certamente não está.

Portanto, eu o consulto sobre a possibilidade de termos a sua participação, além dos seus livros, quando nós estivermos no final da nossa CPI e formos elaborar o texto, com o conjunto de leis e o marco regulatório, para tentar construir uma política indígena para o Brasil que não precise de patrocínio ideológico nem de conflitos fabricados para financiar outros interesses que não sejam a dignidade dos índios e a segurança jurídica do País.

Agradeço muito a oportunidade de estar com o senhor.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - V.Exa. me permite usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pois não.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Eu me sinto honrado com o convite, mas eu quero dizer também, ecoando palavras de Nelson Jobim, que essa PEC nº 215, de 2000, não é digna deste Congresso Nacional. É uma PEC que baixa, conspurca a grandeza...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Presidente, como Relator, eu quero fazer o contraponto.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - ...da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deixe-o terminar. Não há contraponto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sou Relator nesta sessão, Sr. Presidente. Que história é essa?

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Ela traz ao nível da... Transformar uma lei na Constituição Federal...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Fique quietinho aí no seu canto. Fique quietinho aí no seu canto.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - ...com detalhes específicos...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vamos respeitar quem está falando, por favor. Por favor!

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Transformar uma lei federal, como os arts. 231 e 232, num conjunto de ações que estão num nível infraconstitucional, até como portaria da FUNAI, me parece conspurcar a Constituição Federal.

De modo que, no sentido de ajudar a encontrar um caminho, diante da política que vivemos, diante da FUNAI que aí está, diante dessas possibilidades de um *aggiornamento* do pensar, eu concordo, mas não vamos começar conspurcando a Constituição Federal.

É isso.

Muito obrigado por terem me escutado.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Essa, na verdade, é uma decisão que será tomada...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Colatto, se eu lhe fornecer, se eu lhe der...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu vou pedir demissão da minha função de Relator. Não é possível. Eu não posso falar nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas V.Exa. tem 40 minutos para falar como Relator.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu tenho a réplica e a tréplica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não, não. Vamos deixar claro. Se eu lhe permitir usar da palavra...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Aliás, V.Exa. não concedeu a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze e concedeu a outros Deputados. Não sei por que há essa discriminação. Porque é do Rio Grande do Sul?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu não fiz nada disso. Estou fazendo...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Fez isso. Fez isso. Ele saiu daqui irado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado, eu não vou manter... Eu não neguei a palavra a ele. Hoje, não.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - São dois pesos e duas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu nego o uso da palavra quando não seguem a ordem da inscrição, quando querem falar a qualquer tempo. Hoje...

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Quem falou aqui não estava inscrito. Falou um monte de gente aqui que não estava inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem que ter compreensão. Eu acabei de dizer que nós tínhamos tempo disponível; não havia começado a Ordem do Dia, e, portanto, tínhamos condição de ouvir os Parlamentares.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Então dá tempo de me ouvir também. Qual é o problema?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não há nenhum problema. Só que agora eu estou querendo fazer a conclusão da reunião. Eu espero que tenha compreensão disso. Se eu lhe der a palavra agora, certamente o Deputado Edimilson vai querer fazer outro aparte e os outros também. Vamos continuar aqui, a tarde toda. Podemos continuar, eu tenho tempo para isso. Se essa é a disposição dos Parlamentares, então vamos continuar. V.Exa., por favor, fique à vontade para fazer o questionamento. E eu vou fornecer a palavra a todos os outros.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu só queria aproveitar a presença do Dr. Mércio para registrar uma carta do Sr. Zé Geraldo, Deputado do PT do Pará. Ele fez um pronunciamento, no Plenário desta Casa, hoje, reclamando e contestando a Presidente da República, que decretou a demarcação da reserva indígena Cachoeira Seca, dos araras, nos Municípios de Altamira, Uruará, Placas, na região dos Rios Amazonas e Xingu.

Diz ele aqui que estão simplesmente desalojando 826 famílias de pequenos produtores e apenas (*ininteligível*) proprietários outros que não são pequenos produtores. Ele lutou muito — é do PT, é Deputado do PT —, levando a FUNAI, o INCRA, o MDA, a Casa Civil para ver esse processo, e ninguém deu atenção. Simplesmente decretaram.



Esse é o Governo do PT. Esse é o Governo que o Dr. Mércio defendeu, que agora vem dizer aqui que a PEC 215/00 não pode ser estudada, elaborada, aprovada por este Congresso Nacional. Meus Deus! O que o Congresso vai fazer? Será que nós temos que trazer o Supremo Tribunal Federal.

O SR. MÉRCIO PEREIRA GOMES - Não era digna.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - É digna, sim. É digna. Muito maior do que o senhor pensa é o limite que ela vai fazer. Ela vai acabar com o conflito, dando o marco temporal de 5 de outubro de 1988 e dando dignidade para os indígenas, o que a FUNAI não dá. É isso que nós queremos fazer. Há pessoas no Brasil com essa ideologia burra de tentar manter os indígenas confinados em áreas, passando fome, sem acesso à saúde e à educação.

Desculpe-me. O senhor passou pela FUNAI. Vão buscar dinheiro lá fora, com certeza. As ONGs não são nada daquilo que o senhor falou aqui. Aliás, o senhor falou sob juramento. Muita coisa que o senhor falou aqui não é nada daquilo. Está provado em documento.

Então, nós precisamos reagir e realmente colocar a verdade nesta CPI, Sr. Presidente, e não ficar aqui enrolando como todo esse pessoal. Será que 13% do território brasileiro para 800 mil índios, sendo que 400 estão nas cidades, é pouca terra para o Brasil? Nós plantamos em 7% só do Brasil, 7%. E ainda dizem que é pouca terra, que os coitadinhos dos índios não têm... Têm terra, sim. O que eles querem é dignidade e cidadania, que a FUNAI e as ONGs não dão. E o capital estrangeiro está aqui pondo dinheiro e nos impedindo de produzir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Peço que conclua, Deputado. Tenha compreensão.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Então, eu defendo a nossa agricultura, sim.

Agora, a Deputada que esteve aqui não tem coragem, depois de ouvir a réplica às suas palavras... Ela faz todo dia o mesmo discurso, que nós já estamos decorando. Todos que estão aqui vão para o céu direto sem precisar rezar mais, porque todo dia ouvem o discurso da Deputada Erika Kokay.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Senhores, é bom que se esclareça que, quando as pessoas vêm depor nesta Comissão, por convite ou por



convocação, nós não somos obrigados a concordar com nenhuma palavra que dizem; também não temos obrigação de colocar nenhuma palavra no relatório. Mas nós temos o dever de ouvir a todos. É assim que uma Comissão Parlamentar de Inquérito trabalha. Ela ouve todas as partes, mas não somos obrigados a concordar com nenhuma palavra.

Eu quero comunicar aos Srs. Parlamentares que se encontra na Secretaria da Comissão o relatório da diligência da equipe técnica da CPI na região do Mato Preto, Rio Grande do Sul. O acesso ao documento é restrito aos Parlamentares membros da Comissão, nos termos do item 14 do acordo de procedimentos desta CPI.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando reunião deliberativa ordinária para o dia 6 de abril, quarta-feira, às 9h30min, no Plenário 9.

Está encerrada a reunião.